

RELATÓRIO DE

# Atividades e Gestão

JANEIRO A DEZEMBRO

2000

## **1.0. APRESENTAÇÃO**

## **2.0. ORGANIZAÇÃO**

### *2.1. Estrutura da Gestão*

### *2.2. Modelo de Organização e Gestão*

## **3.0. ATIVIDADES**

### *3.1. Direcionamento Estratégico*

### *3.2. Processo de Qualidade*

### *3.3. Processo Serpro De Gestão Do Conhecimento*

## **4.0. GESTÃO EMPRESARIAL**

### *4.1. Análise Econômico-Financeira*

### *4.2. Gestão de Negócios*

### *4.3. Gestão de Infra-Estrutura*

### *4.4. Consultoria Jurídica e Auditoria*

### *4.5. Seguridade Social*

# Apresentação

## 1.0. APRESENTAÇÃO

O Serviço Federal de Processamento de Dados - Serpro, Empresa Pública vinculada ao Ministério da Fazenda, criada pela Lei n.º 4.516, de 1º de dezembro de 1964, atualmente regida pela Lei n.º 5.615, de 13 de outubro de 1970, “tem por objeto a execução de serviços de tratamento de informações e processamento de dados, bem assim a prestação de assessoramento e assistência técnica no campo de sua especialidade” (Art. 1º do Estatuto).

“São finalidades:

- I. atender, prioritariamente, com exclusividade, aos Órgãos do Ministério da Fazenda;
- II. aplicar as disponibilidades de sua capacidade técnica e operacional na execução dos serviços de sua especialidade que venham a ser convencionados com outros órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Municipal, mediante contratação;
- III. viabilizar soluções no campo da modernização e apoio à tomada de decisão no âmbito da Administração Pública;
- IV. atuar no sentido de racionalizar e simplificar as atividades atinentes à tecnologia da informação no setor público; e
- V. incentivar o desenvolvimento do setor de informática, de acordo com as diretrizes definidas pelo Governo Federal” (Art. 3º do Estatuto).

O Serpro integra o Orçamento Geral da União - OGU, desde maio de 1989 e, em decorrência da contraprestação de serviços ao Ministério da Fazenda, seu orçamento contém subvenção econômica, basicamente para pagamento de pessoal, além de recursos diretamente arrecadados da venda de serviços, recursos esses indispensáveis à cobertura de despesas e investimentos, os quais não são cobertos por transferências diretas do Tesouro Nacional.

Tendo em vista a Reforma Administrativa do Governo Federal, a Empresa promoveu duas revisões no seu Estatuto, uma vez que a Lei n.º 8.490, de 19 de novembro de 1992, assim como o Decreto n.º 747, de 19 de fevereiro de 1993, dentre outros, impactavam o seu pleno funcionamento. A primeira foi aprovada pelo Decreto n.º 1.451, de 11 de abril de 1995 e publicado no DOU, de 12 de abril de 1995. A segunda, por meio do Decreto n.º 2.154, de 20 de fevereiro de 1997, que alterou os Art. 6º, 8º, 15, 19 e incluiu o Art. 25.

A decisão do Conselho Diretor do Serpro, em 06.10.98, que estabeleceu diretrizes e fixou metas para a Empresa, nos exercícios de 1998 e 1999, dentre as quais limitou a prestação de serviços da Empresa, tão somente, ao Ministério da Fazenda e ao Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, de janeiro a dezembro de 1999, foi homologada pela Portaria nº 273, do Ministério da Fazenda, em 13.10.98.

O presente Relatório de Gestão, referente ao período de janeiro a dezembro de 1999, atende a disposição legal definida na Seção II, Art. 18, incisos I a XI, e Art. 19, incisos I a XIII da Instrução Normativa SFC/Nº 04, de 24.12.1996, publicada no DOU de 27.12.96, Seção I, páginas 28722 a 28729.

# Organização

## 2.0. ORGANIZAÇÃO

### 2.1. ESTRUTURA DA GESTÃO

A administração do Serpro tem a seguinte composição:

“**CONSELHO DIRETOR** - Órgão de orientação superior do Serpro, integrado por:

- I. quatro membros indicados pelo Ministro de Estado da Fazenda, dentre eles o Presidente do Conselho;
- II. Diretor-Presidente do Serpro, que substituirá o Presidente do Conselho, nas suas faltas e impedimentos eventuais;
- III. um membro indicado pelo Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado; e
- IV. um membro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento.” (Art. 6º do Estatuto).

“O Conselho Diretor, assim denominado por força do disposto no Art. 6º da Lei nº 5.615, de 1970, equipara-se, para todos os efeitos, aos conselhos de administração, referidos nos dispositivos legais pertinentes à composição dos órgãos diretivos das Empresas Públicas” (§ 1º do Art. 6º do Decreto nº 2.154, de 20 de fevereiro de 1997).

“Os membros do Conselho Diretor serão nomeados pelo Ministro de Estado da Fazenda” (§ 2º do Art. 6º do Decreto nº 2.154, de 20 de fevereiro de 1997).

“**CONSELHO FISCAL** - Órgão de fiscalização, constituído por três membros efetivos e respectivos suplentes, nomeados pelo Ministro de Estado da Fazenda, com mandato de um ano, admitida uma recondução, por igual período” (Art. 14 do Estatuto).

“Um dos membros do Conselho Fiscal será o representante do Tesouro Nacional, nos termos da legislação em vigor” (§ 1º do Art. 14 do Estatuto).

“**DIRETORIA** - Órgão executivo, composto por:

- I. um Diretor-Presidente;
- II. um Diretor-Superintendente; e
- III. quatro Diretores” (Art. 9º do Estatuto).

“Os membros da Diretoria serão nomeados pelo Presidente da República, por indicação do Ministro de Estado da Fazenda, todos com mandato de quatro anos, permitida a recondução” (§ 1º do Art. 9º do Estatuto).

“Pelo menos dois membros da Diretoria serão escolhidos dentre os empregados do Serpro” (§ 2º do Art. 9º do Estatuto).

**UNIDADES DE GESTÃO**, divididas em três classes:

- **Unidade Corporativa (UC)** com a finalidade de apoiar a Diretoria Colegiada nos assuntos comuns a toda a Organização, formula e controla o cumprimento de políticas e diretrizes de modo a garantir a evolução permanente do Serpro;
- **Unidades de Negócio (UN)**, responsáveis pela geração e comercialização dos produtos e serviços do Serpro, interage com o cliente externo para garantir a Missão da Empresa; e
- **Unidades de Infra-Estrutura (UI)**, responsáveis pelas atividades comuns às Unidades de Negócio, com o objetivo de garantir qualidade e eficiência na operação dos processos.

**ÓRGÃOS DE CONSULTORIA E APOIO**, constituídos pela Auditoria Geral - AUDIG, subordinada ao Conselho Diretor, pelo Gabinete do Diretor-Presidente - GABDP e pela Consultoria Jurídica - COJUR, para assessoria e apoio direto ao Diretor-Presidente.

## 2.2. MODELO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO

Com o objetivo de melhor adequar-se à Missão da Empresa, na prestação de serviços, o Serpro adotou um Modelo de Organização e Gestão específico, moderno e ágil, pautado em uma estrutura estratégica, que atende a um conjunto de premissas, a saber:

- atender as necessidades dos clientes;
- prestar serviços com elevado padrão de qualidade;
- ter empregados motivados e satisfeitos;
- operar com equilíbrio econômico; e
- empregar tecnologia adequada.

A estrutura organizacional do Serpro, que opera o Modelo adotado a partir do segundo semestre de 1997, é constituída por Unidades de Gestão responsáveis por processos específicos que, interligadas e alinhadas, realizam a evolução da Empresa.

As Unidades de Negócio (UN) são responsáveis pela geração e comercialização dos produtos e serviços do Serpro, dentro do escopo previsto na Missão da Empresa. Sua operação requer forte interação com os clientes para conduzir com eficácia as seguintes atividades:

- criar e aproveitar as oportunidades de negócios;
- desenvolver soluções inovadoras;
- contratar, com o cliente, a execução de produtos ou serviços;
- executar os serviços contratados;
- zelar pela satisfação dos clientes; e
- faturar, cobrar e receber pelos serviços prestados.

As Unidades de Infra-Estrutura (UI) atuam nas atividades que são comuns a duas ou mais Unidades de Negócio. Seu objetivo é a qualidade e a eficiência na operação dos processos, obtendo economia de escala, por intermédio do compartilhamento de recursos e da redução de custos.

A Unidade Corporativa (UC) tem por finalidade apoiar a ação da Diretoria Colegiada nos assuntos que são comuns a toda a Organização (Processos Corporativos). O principal objetivo da UC, em apoio à Diretoria, é garantir a evolução permanente da Empresa, formulando e controlando o cumprimento de políticas e mantendo a identidade empresarial.

A integração e articulação das ações da Empresa são complementadas por meio de grupos organizacionais interáreas (GI), não permanentes, podendo ser constituídos em dois formatos: GI diretivos, que tratam de temas de negócios ou infra-estrutura; e GI executivos, que tratam de temas corporativos.

# Atividades

### 3.0 - ATIVIDADES

#### 3.1. DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO

O direcionamento estratégico do Serpro de 2000, processo pelo qual são definidas todas as orientações de funcionamento empresarial, tem como base os componentes estratégicos: visão, missão, negócio, fatores críticos de sucesso, valores, produtos e serviços e premissas. Encontra-se representado pelas diretrizes empresariais desdobradas em metas com indicadores de desempenho correspondentes, organizados com o foco nos resultados relativos aos segmentos de clientes e mercado, financeiros, pessoas, fornecedores, produtos e processos organizacionais, segundo os critérios de excelência do Prêmio Nacional da Qualidade - PNQ

As diretrizes e metas apresentaram, em 31 de dezembro, as seguintes realizações:

ÁREAS DE RESULTADO	REALIZAÇÃO	
	DIRETRIZES	METAS
Clientes e mercado	74%	78%
Financeiro	96%	77%
Pessoas	62%	63%
Fornecedores e parceiros	51%	51%
Produtos e processos organizacionais	75%	71%
<b>MÉDIA</b>	<b>72%</b>	<b>72%</b>

#### 3.2. PROCESSO DE QUALIDADE

A principal característica da cultura do Serpro é a sistematização de informações e dos processos de tratamento de dados para a obtenção de informações. Essa cultura coincide em muitos aspectos com a da gestão pela qualidade e tem constituído significativa vantagem competitiva na história da Empresa.

Acentuado a partir da metade dos anos 90, o processo de transformação empresarial enfatiza a qualidade, a inovação, a segurança e a competitividade também em preços de serviços. Nesse sentido, o Serpro também implementa o projeto de inovação em serviço, a política de segurança de informações e a redução sistemática de preços em comparação com o mercado.

São significativos os resultados nesses vetores: evidencia-se o reconhecimento dos clientes e de instituições de premiação pública à qualidade e à inovação dos serviços do Serpro; o enfrentamento planejado do chamado Bug do milênio explicita o profissionalismo e a capacidade de parceria da Empresa com seus clientes, para tornar aquela ameaça em confirmação da segurança dos serviços; e as pesquisas de preços de mercado evidenciam que os preços de serviços do Serpro situam-se na faixa de 50% abaixo da média de mercado.

De 1998 a 2000, consolida-se a transformação empresarial do Serpro, completam-se 4 ciclos de auto-avaliação e de aprendizado organizacional; reestrutura-se o processo de atendimento aos clientes de modo a especializar-se a assistência aos usuários e a gerência

integrada de serviços com duas novas UGs com essa finalidade; implementa-se a política de Gestão do Conhecimento Organizacional; e aperfeiçoa-se o processo de desenvolvimento de soluções.

Em 2000, após meticulosa preparação organizacional, o Serpro inclui-se no PPA 2000/2003 com a gerência de dois importantes programas do Ministério da Fazenda, os quais reúnem a totalidade dos projetos e atividades de serviços da Empresa, de modo a reforçar o alinhamento da atuação empresarial com o planejamento do Governo.

O PQGF 2000 atribui ao Serpro uma expressiva pontuação, na faixa de 400 a 500 pontos, entre as melhores organizações que participaram daquele certame.

### **3.3. PROCESSO SERPRO DE GESTÃO DO CONHECIMENTO**

Como estratégia empresarial para preservação e evolução do principal ativo das Organizações no Século XXI, o conhecimento, o Serpro está investindo no seu Processo de Gestão do Conhecimento e da Aprendizagem Organizacional. Esse processo, por sua natureza, está sendo estruturado por meio de estratégias corporativas, a partir de pesquisas científicas, estudos de experiências de mercado e da análise das necessidades específicas do Serpro.

A estruturação do Processo Serpro de Gestão do Conhecimento e da Aprendizagem Organizacional consiste da formulação de um conjunto de Políticas, Diretrizes e Práticas Empresariais, destinadas à identificação do conhecimento estratégico ao funcionamento e à continuidade dos negócios da Organização e sua respectiva preservação e evolução.

A evolução e preservação do conhecimento organizacional do Serpro considera dois segmentos básicos: sistematização do conhecimento e gestão de competências. Essa estratégia visa, ainda, a segurança do conhecimento necessário à continuidade e evolução dos serviços prestados aos clientes do Serpro.

O ano 2000 marcou a consolidação da estruturação do Processo Serpro de Gestão do Conhecimento e da Aprendizagem Organizacional, que terá no ano 2001 a sua absorção concluída por todas as Unidades Empresariais.

# Gestão Empresarial

## 4.0. GESTÃO EMPRESARIAL

### 4.1. ANÁLISE ECONÔMICO-FINANCEIRA

A situação econômico-financeira da Empresa no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2000 é abordada a seguir com base na análise comparativa do Balanço Patrimonial, da Demonstração de Resultado e dos indicadores mais relevantes, extraídos desses demonstrativos.

**Balanço Patrimonial:** para efeito de análise, não foram considerados os valores lançados no Ativo e Passivo para pagamento de Restos a Pagar totalizando R\$ 496.729.350,27, lançados indevidamente pela STN, que provocaria distorções na análise de evolução do Balanço Patrimonial.

O Ativo Circulante, de R\$ 502 milhões, cresceu 12,36% em 2000 e teve uma participação de 67,77% na composição dos ativos da Empresa, que alcançaram o montante de R\$ 740 milhões e aumentaram 4,85% no período.

A maior parte dos recursos realizáveis a curto prazo está apropriada na conta Faturas a Receber Vencidas (R\$ 165,4 milhões), onde estão registrados os créditos a receber de clientes vencidos. Houve um pequeno incremento de 13,66%, no total de Créditos a Receber de Clientes, cabendo destacar que as faturas vencidas aumentaram em 0,90% se comparada ao exercício de 1999.

No **Ativo Circulante** também se destacou a conta de Aplicações Financeiras (R\$ 235,3 milhões), que se refere basicamente aos recebimentos ocorridos nos meses de novembro e dezembro.

Baixa dos Bens Intangíveis – a redução neste exercício se deve a venda de linhas telefônicas.

No **Passivo Circulante** foram observadas algumas flutuações entre seus componentes mais representativos, os quais são comentadas abaixo.

A variação no item Capital, deve-se a atualização monetária do exercício de 1999 a valores de dezembro de 2000, com base na variação média do IGP-M (FGV).

O item Dividendos do grupo Obrigações a Pagar apresentou um incremento de 524,07% em virtude do crescimento do lucro apresentado neste exercício.

Finalizando o enfoque sobre o Balanço, observou-se que o Patrimônio Líquido de R\$ 363 milhões aumentou cerca de 10,52%, devido, também, ao crescimento do lucro.

A **Demonstração de Resultado**, com os valores atualizados para dezembro/2000 baseados na variação do IGP-M (FGV), revelou uma receita operacional líquida de R\$ 700 milhões que, confrontada com os custos dos serviços/despesas operacionais de R\$ 609,7 milhões, resultou num lucro operacional de R\$ 90,3 milhões. Este resultado correspondeu a 12,9% daquela receita líquida.

**Despesas Tributárias** – o crescimento de 214,13%, refere-se ao auto de infração aplicado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro conforme processo 04/353221/2000.

O lucro líquido auferido no exercício de 2000, foi de R\$ 68 milhões após a provisão IR e Contribuição Social, que deduzido das baixas de IR/CSLL diferidos de R\$ 18 milhões, apresentou um resultado final de R\$ 50 milhões, refletindo positivamente nos indicadores de rentabilidade retratados pela margem líquida (0,08), retorno sobre o patrimônio líquido (0,15) e retorno sobre o ativo total (0,07).

A seguir são destacados os fatos que ocasionaram os principais incrementos nos itens da Demonstração de Resultado no período em questão.

Os indicadores financeiros dos cinco últimos exercícios retratam um bom comportamento no exercício de 2000.

O índice de liquidez corrente de 3,30 evidencia uma ótima capacidade financeira, pois as disponibilidades imediatas (caixa, bancos e aplicações financeiras) e os créditos a receber de curto prazo cobrem com folga todos os compromissos de curto prazo. A liquidez geral, de 1,47 demonstra uma situação financeira de longo prazo dentro do padrão de normalidade ( $>1,00$  ou  $=1,00$ ), uma vez que os recursos realizáveis da Empresa suportam as obrigações a pagar.

O grau de imobilização do capital próprio de 0,43 indica que 43% dos recursos da Empresa estão aplicados em bens móveis e imóveis, destinados à operacionalização de suas atividades, inferior portanto ao índice de 0,50 de 1999.

Níveis de endividamento: com exceção do índice de endividamento total (1,16), que se distanciou do padrão ideal ( $<1,00$ ) devido aos ajustes das contingências trabalhistas e das obrigações com o SERPROS, registradas no exigível a Longo Prazo, os demais índices recursos de terceiros (0,54) e garantia de capital de terceiros (0,87), mantiveram-se dentro dos padrões ideais.

Ao final desta análise é apresentada a Demonstração do Valor Adicionado, que evidencia os recursos gerados pela Empresa e a forma como eles são revertidos em benefício da sociedade e da constituição da riqueza nacional.

No exercício social de 2000, os serviços de informática prestados pelo SERPRO aos seus clientes geraram para a sociedade uma riqueza da ordem de R\$ 547 milhões, em moeda atualizada. Deste montante, destacaram-se R\$ 342,1 milhões correspondentes a remuneração do trabalho (salários, gratificações, FGTS, assistência médica, previdência privada etc.) e R\$ 146,9 milhões referentes a remuneração do Governo sob a forma de pagamento de impostos e contribuições (COFINS, PASEP, INSS, Imposto de Renda, Contribuição Social etc.). As demais parcelas de R\$ 7,4 milhões e R\$ 50,6 milhões corresponderam, respectivamente, a remuneração dos capitais de terceiros (despesas financeiras e locação de imóveis e máquinas) e a remuneração do capital próprio (lucro líquido).

## BALANÇO PATRIMONIAL - Comparativo Detalhado

### Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2000 e 1999

Em R\$ 1,00

<b>ATIVO</b>	<b>31.12.99 (*) (A)</b>	<b>Composição %</b>	<b>31.12.00 (B)</b>	<b>Composição %</b>	<b>Crescimento %(B/A)</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>446.931.583</b>	<b>63,24</b>	<b>502.147.547</b>	<b>67,77</b>	<b>12,35</b>
<b>Disponível</b>	<b>201.922.882</b>	<b>28,57</b>	<b>251.974.292</b>	<b>34,01</b>	<b>24,79</b>
Bancos c/Movimento	29.199.320	4,13	16.641.415	2,25	(43,01)
Aplicação Financeira	172.723.562	24,44	235.332.877	31,76	36,25
<b>Créditos em Circulação</b>	<b>243.905.811</b>	<b>34,51</b>	<b>249.146.220</b>	<b>33,63</b>	<b>2,15</b>
Créditos a Receber	199.878.302	28,28	206.503.587	27,87	3,31
Devedores Prestação Serviços - a Vencer	19.114.173	2,70	21.552.637	2,91	12,76
Devedores por Fornec. a Faturar	0	0,00	0	0	
Faturas a Receber Vencidas	163.984.169	23,21	165.456.177	22,33	0,90
Provisão p/ Devedores Duvidosos	(18.309.834)	(2,59)	(18.700.881)	(2,52)	2,14
Créditos Tributários	33.091.666	4,68	33.535.967	4,53	1,34
Recursos a Receber	0	0,00	1.503.775	0,20	
Créditos Diversos a Receber	1.998.128	0,28	3.155.912	0,43	57,94
Diversos Responsáveis	147.020	0,02	148.887	0,02	1,27
Adiantamentos Concedidos	26.279	0,00	50.193	0,01	91,00
Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	41.129.378	5,82	40.738.494	5,50	(0,95)
<b>Bens e Valores em Circulação</b>	<b>3.827.470</b>	<b>0,54</b>	<b>2.741.016</b>	<b>0,37</b>	<b>(28,39)</b>
Estoques	2.724.832	0,39	1.705.059	0,23	(37,43)
Títulos e Valores em Circulação	1.102.638	0,16	1.026.285	0,14	(6,92)
Material em Trânsito	0	0,00	9.672	0,00	
<b>Valores Pendentes a Curto Prazo</b>	<b>252</b>	<b>0,00</b>	<b>750</b>	<b>0,00</b>	<b>197,62</b>
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>81.929.921</b>	<b>11,59</b>	<b>74.048.008</b>	<b>9,99</b>	<b>(9,62)</b>
Depósitos Realizáveis a Longo Prazo	74.770	0,01	80.565	0,01	7,75
Créditos Realizáveis a Longo Prazo	81.855.151	11,58	73.967.443	9,98	(9,64)
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>177.809.607</b>	<b>25,16</b>	<b>164.717.254</b>	<b>22,23</b>	<b>(7,36)</b>
<b>Investimentos</b>	<b>9.972.916</b>	<b>1,41</b>	<b>9.893.766</b>	<b>1,34</b>	<b>(0,79)</b>
Outros Investimentos	9.943.810	1,41	9.864.891	1,33	(0,79)
Correção Monet. Compl. - IPC/90	29.106	0,00	28.875	0,00	(0,79)
<b>Imobilizado</b>	<b>164.642.288</b>	<b>23,30</b>	<b>153.057.973</b>	<b>20,66</b>	<b>(7,04)</b>
Bens Imóveis	78.202.605	11,07	78.899.782	10,65	0,89
Bens Móveis	184.004.913	26,04	190.907.245	25,77	3,75
Depreciação Acumulada	(135.235.436)	(19,14)	(150.832.156)	(20,36)	11,53
Bens Intangíveis	657.421	0,09	1.447	0,00	(99,78)
Correção Monet. Compl. - IPC/90	37.012.785	5,24	34.081.655	4,60	(7,92)
<b>Diferido</b>	<b>3.194.403</b>	<b>0,45</b>	<b>1.765.515</b>	<b>0,24</b>	<b>(44,73)</b>
Projetos e Softwares	2.890.412	0,41	2.867.473	0,39	(0,79)
Amortização	(3.890.598)	(0,55)	(1.383.266)	(0,19)	(64,45)
Outros Diferimentos	4.194.589	0,59	281.308	0,04	(93,29)
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>706.671.111</b>	<b>100,00</b>	<b>740.912.809</b>	<b>100,00</b>	<b>4,85</b>

(\*) Os dados históricos foram atualizados para valores de dezembro de 2000 com base na variação do IGP-M (FGV) do período janeiro a dezembro de 2000.

## BALANÇO PATRIMONIAL - Comparativo Detalhado

### Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2000 e 1999

Em R\$ 1,00

PASSIVO	31.12.99(*) (A)	Composição %	31.12.00 (B)	Composição %	Crescimento %(B/A)
<b>CIRCULANTE</b>	<b>117.231.308</b>	<b>16,59</b>	<b>123.874.630</b>	<b>16,72</b>	<b>5,67</b>
<b>Depósitos</b>	<b>7.315.133</b>	<b>1,04</b>	<b>10.986.737</b>	<b>1,48</b>	<b>50,19</b>
Consignações	1.799.859	0,25	3.442.192	0,46	91,25
Pensão Alimentícia	25.957	0,00	18.960	0,00	(26,96)
ISS	204.582	0,03	10.965	0,00	(94,64)
Planos de Previdência	1.569.301	0,22	3.399.776	0,46	116,64
Entidades Rep. Classes	19	0,00	12.491	0,00	65.642,11
Recursos da União	5.515.274	0,78	7.541.135	1,02	36,73
Depósitos Diversas Origens	0		3.410	0,00	
<b>Obrigações em Circulação</b>	<b>109.909.320</b>	<b>15,55</b>	<b>112.887.893</b>	<b>15,24</b>	<b>2,71</b>
Obrigações a Pagar	108.317.139	15,33	112.043.640	15,12	3,44
Fornecedores	61.717.003	8,73	37.832.745	5,11	(38,70)
Pessoal a Pagar	13.308	0,00	26.025	0,00	95,56
Encargos Sociais a Recolher	1.708.761	0,24	2.276.636	0,31	33,23
Provisão Contribuição Social s/Lucro	0	0,00	310.894	0,04	
Obrigações Tributárias	5.010.853	0,71	3.164.798	0,43	(36,84)
Provisão para Férias	11.413.347	1,62	18.613.431	2,51	63,08
Provisão para Licença-Prêmio	20.145.005	2,85	27.890.428	3,76	38,45
Outras Provisões	6.136.808	0,87	8.373.651	1,13	36,45
Dividendos	2.172.054	0,31	13.555.032	1,83	524,07
Financiamento em Circulação					
Outras Obrigações	1.592.181	0,23	844.253	0,11	(46,98)
<b>Valores Pendentes a Curto Prazo</b>	<b>6.855</b>	<b>0,00</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>(100,00)</b>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>260.700.018</b>	<b>36,89</b>	<b>253.710.635</b>	<b>34,24</b>	<b>(2,68)</b>
Obrigações Legais e Tributárias	160.294.747	22,68	157.307.141	21,23	(1,86)
Outras Obrigações a Pagar	100.405.271	14,21	96.403.494	13,01	(3,99)
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>328.739.785</b>	<b>46,52</b>	<b>363.337.216</b>	<b>49,04</b>	<b>10,52</b>
<b>Capital</b>	<b>129.116.381</b>	<b>18,27</b>	<b>128.380.712</b>	<b>17,33</b>	<b>(0,57)</b>
<b>Reservas</b>	<b>69.802.336</b>	<b>9,88</b>	<b>74.173.575</b>	<b>10,01</b>	<b>6,26</b>
Reserva Doação Subs. p/Investimentos	5.869.181	0,83	5.822.601	0,79	(0,79)
Reserva Incentivos Fiscais	10.027.027	1,42	9.947.448	1,34	(0,79)
Reserva de Reavaliação Bens Imóveis	43.127.619	6,10	41.079.424	5,54	(4,75)
Reserva Legal	2.455.094	0,35	5.289.300	0,71	115,44
Reservas Estatutárias	8.323.415	1,18	12.034.802	1,62	44,59
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>129.821.068</b>	<b>18,37</b>	<b>160.782.929</b>	<b>21,70</b>	<b>23,85</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>706.671.111</b>	<b>100,00</b>	<b>740.922.481</b>	<b>100,00</b>	<b>4,85</b>

(\*) Os dados históricos foram atualizados para valores de dezembro de 2000 com base na variação do IGP-M (FGV) do período janeiro a dezembro de 2000.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO - Comparativo Detalhado

### Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2000 e 1999

Em R\$ 1,00

Discriminação	Jan a Dez /99 (*) (A)	Composição %	Jan a Dez/00 (*) (B)	Composição %	Crescimento %(B/A)
<b>1- RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>	<b>802.756.567</b>	<b>105,51</b>	<b>737.668.538</b>	<b>105,36</b>	<b>(8,11)</b>
1.1 - Receita de Serviços	436.468.353	57,37	434.096.461	<b>62,00</b>	<b>(0,54)</b>
1.2 - Transf. do Tesouro Nacional	366.288.214	48,14	303.572.077	<b>43,36</b>	<b>(17,12)</b>
<b>2 - DEDUÇÃO DA RECEITA</b>	<b>(31.747.962)</b>	<b>(4,28)</b>	<b>(41.930.716)</b>	<b>(5,51)</b>	<b>32,07</b>
2.1 - ISS	(21.857.606)	(2,87)	(21.706.669)	<b>(3,10)</b>	<b>(0,69)</b>
2.2 - PASEP	(2.834.942)	(0,37)	(2.821.122)	<b>(0,40)</b>	<b>(0,49)</b>
2.3 - COFINS	(17.242.296)	(2,27)	(13.020.566)	<b>(1,86)</b>	<b>(24,48)</b>
<b>3 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>760.821.723</b>	<b>100,00</b>	<b>700.120.181</b>	<b>100,00</b>	<b>(7,98)</b>
<b>4 - CUSTOS SERV./DESPESAS OPERAC.</b>	<b>(709.328.403)</b>	<b>(93,23)</b>	<b>(609.036.065)</b>	<b>(86,99)</b>	<b>(14,14)</b>
<b>4.1 - Pessoal</b>	<b>(476.613.563)</b>	<b>(62,64)</b>	<b>(406.831.434)</b>	<b>(58,11)</b>	<b>(14,64)</b>
<b>4.2 - Locação</b>	<b>(83.987.759)</b>	<b>(11,04)</b>	<b>(40.041.753)</b>	<b>(5,72)</b>	<b>(52,32)</b>
4.2.1 - Locação Prog. e Equip. Inform.	(82.113.242)	(10,79)	(38.517.513)	(5,50)	<b>(53,09)</b>
4.2.2 - Locação de Demais Bens	(1.874.517)	(0,25)	(1.524.240)	(0,22)	<b>(18,69)</b>
4.3 - Depreciação e Amortização	(30.023.380)	(3,95)	(31.471.695)	(4,50)	<b>4,82</b>
4.4 - Despesas Tributárias	(1.477.459)	(0,19)	(4.641.138)	(0,66)	<b>214,13</b>
4.5 - Serviços Comunicação Geral	(6.450.529)	(0,85)	(549.594)	(0,08)	<b>(91,48)</b>
4.6 - Serviços Comunicação de Dados	(44.348.778)	(5,83)	(52.052.159)	(7,43)	<b>17,37</b>
4.7 - Manutenção	(16.439.223)	(2,16)	(38.665.541)	(5,52)	<b>135,20</b>
4.8 - Serviços Públicos	(5.671.752)	(0,75)	(5.818.186)	(0,83)	<b>2,58</b>
4.9 - Serviços Profissionais e Contratados	(44.193.775)	(5,81)	(38.114.749)	(5,44)	<b>(13,76)</b>
4.10 - Materiais	(4.762.911)	(0,63)	(7.115.309)	(1,02)	<b>49,39</b>
4.11 - Despesas Financeiras	(11.007.246)	(1,45)	(5.487.447)	(0,78)	<b>(50,15)</b>
4.12 - Receitas Financeiras	12.281.412	1,61	22.734.140	3,25	<b>85,11</b>
4.13 - Outras Despesas/Receitas	3.366.560	0,44	(981.200)	(0,14)	<b>(129,15)</b>
<b>5 - LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>51.493.320</b>	<b>6,77</b>	<b>91.084.116</b>	<b>13,01</b>	<b>76,89</b>
<b>6 - RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>	<b>(8.106.600)</b>	<b>(1,07)</b>	<b>(349.095)</b>	<b>(0,05)</b>	<b>(95,69)</b>
<b>7 - LUCRO ANTES DA PROVISÃO IR E CS</b>	<b>43.386.720</b>	<b>5,70</b>	<b>90.735.021</b>	<b>12,96</b>	<b>109,13</b>
<b>8 - PROVISÃO IR E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>(36.507.259)</b>	<b>(4,80)</b>	<b>(21.389.322)</b>	<b>(3,06)</b>	<b>(41,41)</b>
<b>9 - À COMPENSAR REF. ADIÇÕES TEMPORÁRIAS</b>	<b>105.108.840</b>	<b>13,82</b>	<b>0</b>	<b>0,00</b>	<b>(100,00)</b>
<b>10 - BAIXA DE IR/CSLL DIFERIDOS</b>	<b>0</b>		<b>(18.715.622)</b>	<b>(2,67)</b>	
<b>11 - LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO</b>	<b>111.988.301</b>	<b>14,72</b>	<b>50.630.077</b>	<b>7,23</b>	<b>(54,79)</b>

(\*) Os dados históricos do exercício 1999 e 2000 foram atualizados para valores de dezembro de 2000 com base na variação do IGP-M (FGV) do período janeiro a dezembro de 1999 e 2000 respectivamente.

## INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS

Discriminação	Dez/96	Dez/97	Dez/98	Dez/99	Dez/00
<b>1) LIQUIDEZ CORRENTE</b>					
Ativo Circulante	1,82	2,10	3,17	3,81	3,30
Passivo Circulante					
<b>2) LIQUIDEZ GERAL</b>					
Ativo Circ. + Realiz. a Longo Prazo	1,32	1,02	1,05	1,39	1,47
Passivo Circ. + Exigível a Longo Prazo					
<b>3) IMOBILIZAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO</b>					
Ativo Imobilizado	0,64	0,92	0,85	0,50	0,43
Patrimônio Líquido					
<b>4) ENDIVIDAMENTO TOTAL</b>					
Passivo Circ. + Exigível a Longo Prazo	1,06	1,76	1,72	1,26	1,16
Patrimônio Líquido					
<b>5) RECURSOS DE TERCEIROS</b>					
Passivo Circ. + Exigível a Longo Prazo	0,51	0,64	0,63	0,53	0,54
Ativo Total					
<b>6) RECURSOS PRÓPRIOS</b>					
Patrimônio Líquido	0,49	0,36	0,37	0,46	0,47
Ativo Total					
<b>7) GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS</b>					
Patrimônio Líquido	0,94	0,57	0,58	0,86	0,87
Exigível Total					
<b>8) MARGEM LÍQUIDA</b>					
Lucro Líquido	0,03	(0,03)	0,01	0,14	0,08
Receita Operacional Líquida					
<b>9) RETORNO S/PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Lucro Líquido	0,07	(0,09)	0,04	0,38	0,15
Patrimônio Líquido Médio					
<b>10) RETORNO S/ATIVO TOTAL</b>					
Lucro Líquido	0,04	(0,04)	0,02	0,16	0,07
Ativo Total Médio					
<b>11) LUCRO LÍQUIDO</b>					
Em R\$ milhões	16	(20)	9	110	50
<b>12) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>					
Em R\$ milhões	649	770	728	749	694

OBS.: Os indicadores apontados nos itens 8 a 12 correspondem ao período acumulado de janeiro a dezembro dos respectivos exercícios.

## DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

### Exercícios Sociais Encerrados em 31 dezembro de 2000 e 1999

Em R\$ 1,00

Discriminação	Jan a Dez/99 (*) (A)	Composição %	Jan a Dez/00 (*) (B)	Composição %	Evolução %(B/A)
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (1)</b>					
1 - RECEITAS					
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	802.756.567	137,36	737.668.538	134,83	(8,11)
1.2 - Não Operacionais				0,00	
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS					
2.1 - Despesas Administrativas	(200.613.650)	(34,33)	(181.814.252)	(33,23)	(9,37)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>602.142.917</b>	<b>103,04</b>	<b>555.854.286</b>	<b>101,60</b>	<b>(7,69)</b>
4 - RETENÇÕES					
4.1 - Depreciações e Amortizações	(30.023.380)	(5,14)	(31.471.695)	(5,75)	4,82
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)</b>	<b>572.119.537</b>	<b>97,90</b>	<b>524.382.591</b>	<b>95,84</b>	<b>(8,34)</b>
6 - RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA					
6.1 - Receitas Financeiras	12.281.412	2,10	22.734.140	4,16	85,11
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>584.400.949</b>	<b>100,00</b>	<b>547.116.731</b>	<b>100,00</b>	<b>(6,38)</b>
<b>Distribuição do Valor Adicionado (4)</b>					
	(A)	Composição	(B)	Composição	Evolução %(B/A)
Remuneração do Trabalho	399.853.713	68,42	342.183.808	62,54	(14,42)
Governo (Impostos e Contribuições)	59.677.172	10,21	146.942.064	26,86	146,23
Capitais de Terceiros					
Despesas Financeiras	11.007.246	1,88	5.487.447	1,00	(50,15)
Locações de Imóveis e Máquinas	1.874.517	0,32	1.524.240	0,28	(18,69)
Despesas Não Operacionais			349.095		
Lucro Líquido	111.988.301	19,16	50.630.077	9,25	(54,79)
<b>TOTAL</b>	<b>584.400.949</b>	<b>100,00</b>	<b>547.116.731</b>	<b>100,00</b>	<b>(6,38)</b>

OBS: - Os dados históricos foram atualizados para valores de dezembro de 2000 com base na variação média do IGP-M (FGV) dos períodos de janeiro a dezembro de 1999 e 2000, respectivamente.

## 4.2. - GESTÃO DE NEGÓCIOS

### 4.2.1. SISTEMAS DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL

A Superintendência de Negócios Administração Tributária – SUNAT disponibiliza à Secretaria da Receita Federal – SRF as informações pertinentes a arrecadação, cobrança, tributação, fiscalização, pesquisa e investigação tributária, aos estudos econômicos, tributários e estratégicos e a programação logística de forma integrada, visando facilitar seu processo de gestão e tomada de decisões.

#### PRINCIPAIS PRODUTOS

- **SIEF - SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FISCAIS:** objetiva aprimorar a relação da SRF com o contribuinte, captando e validando as informações no local e momento da ocorrência do evento, buscando o aperfeiçoamento da legislação tributária e a revisão dos processos e procedimentos fiscais.
- **SIGA - SISTEMAS DE INFORMAÇÕES GERADORAS DA AÇÃO FISCAL:** objetiva elevar o volume do crédito tributário e a melhoria na qualidade do trabalho fiscal por meio da redução do tempo dispendido na fiscalização
- **SISTEMA DE EMISSÃO DE CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES FEDERAIS:** facilita os procedimentos fiscais das Pessoas Jurídicas para a emissão das Certidões Negativas.
- **RECEITANET - ENTREGA DE DECLARAÇÕES PELA INTERNET:** objetiva colocar à disposição dos contribuintes a possibilidade de entrega, pela Internet, de forma rápida, segura e econômica, das declarações de Imposto de Renda Pessoa Física – IRPF, Imposto de Renda Retido na Fonte – DIRF e Imposto sobre Produtos Industrializados – DIPI e outros.
- **SITE DA SRF:** endereço de utilidade pública que permite o acesso a todos os contribuintes, pessoas físicas ou jurídicas, às orientações, informações e softwares necessários à declaração, pagamento, cadastramento e regularização fiscal, entre outras.
- **SAFIRA - AUTO DE INFRAÇÃO:** objetiva apoiar as atividades de lançamento dos Autos de Infração, efetuando o cálculo do Imposto, bem como de multas e juros.
- **REFIS - PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL:** objetiva promover a regularização de débitos fiscais e previdenciários da pessoa jurídica com a SRF, PGFN e o INSS.
- **SIGA II PJ:** trata e disponibiliza índices, consolidações e dossiê sobre o universo de pessoas de interesse fiscal para a SRF, através do armazenamento da declaração do IRPJ, com outras fontes de informações.

## BENEFÍCIOS

- os sistemas permitem aumentar a eficiência de seleção de pessoas físicas ou jurídicas, utilizando critérios técnicos e impessoais, permitindo o cruzamento de informações com ênfase em transações que revelem sinais exteriores de riqueza;
- favorece a descentralização da operação e oferece uma visão integrada e atualizada do contribuinte, que permitem orientar os esforços fiscais a serem empreendidos;
- a emissão de Certidão Negativa PJ reduz o tempo de atendimento;
- o Receitanet permitiu a entrega de declarações IRPF em 1997 = 705.970; 1998 = 12.466.331; 1999 = 15.727.336 e 2000 = 21.726.999;
- as declarações via Internet proporcionam a racionalização do processo de recepção de declarações, gerando economia, por minimizar o uso de disquetes ou formulários, otimizar o tempo de recepção e obter maiores garantias de exatidão e confiabilidade dos dados dos documentos;
- em 2000 a home page da SRF contabilizou mais de 600 milhões de acessos;
- como reflexo da emissão de Certidão Negativa pela Internet, 1,5 milhões de contribuintes deixaram de ir às Delegacias da SRF; e
- o SAFIRA permite cálculos efetuados de forma exata, enquadramentos legais automáticos e, como consequência, a diminuição do número de autos impugnados pelas Delegacias Regionais de Julgamento.

## ATIVIDADES INOVADORAS

- **Certificação Digital:** objetivando a utilização da Internet para aperfeiçoar a Relação Fisco-Contribuinte, foi instituído o projeto E-Receita, bem como a IN 156 para implantação dos Certificados eletrônicos SRF: e-CPF e e-CNPJ.
- **Gateway de Pagamentos:** uma infra-estrutura de hardware e software que oferece os recursos necessários para a realização de transferências eletrônicas de fundos, de forma segura para todos os intervenientes, usando diferentes tipos de meios de pagamento.

## Reconhecimento e Prêmios

- Prêmio Serpro de Qualidade – PSQ: em 1996 com a Menção Honrosa, em 1997 como Destaque e em 1998 como Vencedora;
- Experiências Inovadoras no Serviço Público – MARE/ENAP: sendo agraciada com certificados pelo SEARQ, PGD/IPI, SIGA/PJ, Projeto Candiru e Home page do Imposto de Renda;
- Prêmio TOP de Internet: concedido pela Associação dos Dirigentes de Vendas de Marketing – ADVB pela atuação da SRF na internet pelo Programa de Imposto de Renda – PIR;
- IWBest 98: 1º. Lugar Juri Oficial na categoria Governo/Associações, com o site da SRF e colocado entre os 3 finalistas na Categoria Comércio Eletrônico;
- Ibest 98/99: 1º. Lugar nos Júris Oficial e Popular na Categoria Governo/Associações, com o site da SRF;
- Prêmio CONIP – Categoria Serviços Públicos, em 1998 com o ReceitaNet e em 1999 com o ANGRA – Análise Gerencial de Receitas Administrativas;

- Prêmio Hélio Beltrão de Experiências Inovadoras no Serviço Público: em 1998 com o Tratapar e em 1999 com o Certidão Negativa e o SICALC;
- Prêmio Qualidade do Governo Federal – PQGF: reconhecida na Faixa Bronze em 1999.

#### 4.2.2. SISTEMAS DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL

A Superintendência de Negócios Administração Financeira - SUNAF presta serviços à Secretaria do Tesouro Nacional e à Secretaria Federal de Controle, órgãos centrais do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo.

##### PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **SIAFI - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL:** implantado em 1987, vem, sistematicamente, incorporando melhorias para o seu aperfeiçoamento, das quais no período de janeiro a dezembro de 2000, merecem destaques os seguintes:
  - *Criação e otimização de funções, rotinas e processos; e*
  - *Implementação do Sistema de Contas a Pagar e a Receber.*
- **SIAFI GERENCIAL:** concebido para operação em plataforma cliente/servidor e banco de dados relacional, permite aos gestores públicos o acesso rápido, de sua própria estação de trabalho, agilizando as informações de todos os tipos de saldo do SIAFI. Durante o ano de 2000, aprimorou os subsistemas:
  - *Safem Gerencial; e*
  - *Siafi Gerencial Analítico.*
- **SADIP - SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA FEDERAL INTERNA:** é uma família de sistemas de informações da Dívida Pública Federal Interna, que permite o controle pelo Tesouro Nacional, dos títulos ativos criados, gerando receitas para cobertura das despesas. Em 2000 destacam-se melhorias nos sistemas de:
  - *Elaboração da Programação Orçamentária da Dívida Pública;*
  - *Dívida Contratual;*
  - *Dívida Agrícola; e*
  - *Dívida Pública Mobiliária.*
- **ATIVA - SISTEMA DE PLANEJAMENTO DE ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES:** permite o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação dos resultados da execução dos orçamentos da União, dos programas de governo e da gestão dos administradores públicos, assim como a realização de auditorias nos sistemas contábil, financeiro, de pessoal, de execução orçamentária e administrativa. Controla a execução e alcance das metas da Secretaria Federal de Controle e fornece elementos para o cálculo da GDP (gratificação de desempenho e produtividade). As principais implementações ocorridas em 2000 foram:

- *Hierarquização dos Planos;*
  - *Consulta à Distribuição De Recursos;*
  - *Ativa-Win; e*
  - *Hierarquização do Subsistema de Realização das Ações de Controle.*
- **PROJETO SIAFI XXI** : com o objetivo de apoiar o processo de modernização da gestão pública, por meio de aperfeiçoamento do Siafi, visando melhores resultados da administração orçamentária, financeira e patrimonial do Governo Federal, incorporando novas funcionalidades e aumentando a eficiência da gestão do Estado. Em andamento no ano 2000, foram realizadas diversas atividades entre as quais:
    - *Processo Siafi de Desenvolvimento;*
    - *Definição da Metodologia de Gerência do Projeto;*
    - *Documento de Visão ;*
    - *Validação Tecnológica;*
    - *Treinamentos.; e*
    - *Levantamento de Requisitos de Subprojetos.*
  - **INTRANET-STN:** que objetiva o acesso fácil, rápido e democrático às informações e serviços da Secretaria do Tesouro Nacional.
  - **MANUAL DE GESTÃO DE AMBIENTE DESCENTRALIZADO:** elaboração de manual de gestão dos ambientes descentralizados da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria Federal de Controle.

### 4.2.3. SISTEMAS DE COMÉRCIO EXTERIOR

A Superintendência de Negócios de Comércio Exterior – SUNCE objetiva prover o Governo Federal e a Sociedade de soluções baseadas no uso da tecnologia da informação, integrando as atividades e os agentes públicos e privados envolvidos no processo de Comércio Exterior Brasileiro.

#### PRINCIPAIS CLIENTES

- Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda;
- Secretaria do Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior; e
- Departamento da Marinha Mercante/Secretaria de Transportes Aquaviários do Ministério dos Transportes.

#### PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **SISCOMEX – SISTEMA INTEGRADO DE COMÉRCIO EXTERIOR:** composto por uma família de sistemas direcionados ao suporte das atividades inerentes aos processos de exportação e importação brasileiras.

- **MANTRA – CONTROLE DE CARGA E MANIFESTO:** sistema utilizado pelas unidades aduaneiras da Secretaria de Receita Federal nos principais aeroportos e portos do país, destinado ao controle do trânsito e armazenamento das cargas procedentes do exterior.
- **LEGISLAÇÃO:** base de dados que contém a legislação sobre Comércio Exterior e constitui-se no instrumento para o Exame Tributário, procedimento que valida as Declarações de Importação e de Exportação e o Licenciamento Prévio da mercadoria a ser importada ou exportada.
- **LINCE – LINHAS DE INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR:** informações de cunho estatístico, que permite à Secretaria da Receita Federal o acesso às declarações de importação e exportação, a partir de consultas parametrizadas.
- **ALICE – ANÁLISE DE INFORMAÇÕES DE COMÉRCIO EXTERIOR:** divulga as estatísticas do Comércio Exterior Brasileiro, bem como apoia o processo de contabilização, e divulgação da Balança Comercial pela SECEX.
- **DATA WAREHOUSE - SISTEMA DE INFORMAÇÕES DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO:** apoia a SRF no processo decisório sobre comércio exterior, através acesso não estruturado às informações de caráter gerencial.

## **BENEFÍCIOS**

- redução das despesas do Estado com auto-financiamento (taxa cobrada por declaração de importação registrada);
- controle da tributação e arrecadação relacionadas ao Comércio Exterior;
- efetiva gestão da balança comercial;
- suporte às políticas governamentais de Comércio Exterior;
- controle da arrecadação do adicional ao frete para renovação da Marinha Mercante;
- cadastramento de fornecedores estrangeiros e demais agentes do Comércio Exterior e das mercadorias importadas;
- acesso aos serviços pelos exportadores/importadores 24 horas do dia;
- o importador/exportador fornece dados em um único momento;
- o desembaraço passou de 5 a 6 dias para até 60 minutos;
- elaboração de declaração on-line, pelo próprio interessado;
- recolhimento do débito do imposto de importação automático em conta corrente;
- consultas on-line dos procedimentos aduaneiros pelos importadores/exportadores;
- padronização dos procedimentos de trabalho permitindo a adoção de mesmos critérios de fiscalização para todas as unidades aduaneiras;
- otimização dos processos comerciais, aduaneiros e cambiais com a integração entre os órgãos governamentais envolvidos (SRF, SECEX, BACEN);
- oferecer produtos nacionais em todo o mundo por meio da internet; e
- sigilo e segurança.

## **ATIVIDADES DE MELHORIA**

- sistema desenvolvido para a Marinha Mercante com o objetivo de controlar a tarifa

- adicional ao frete, recurso destinado à renovação da frota;
- conexão do Siscomex-Importação que possibilita a utilização do Windows 2000, que além de racionalizar os procedimentos, resultou em redução no tempo de processamento;
  - novo sistema de Seleção Parametrizada da Importação, que enfoca o tratamento individualizado das declarações de importação, cria novas rotinas de aleatoriedade e propicia maior descentralização das atividades operacionais;
  - desenvolvimento de sistema que tem por objetivo proporcionar ao MDIC um controle efetivo sobre as operações de DRAWBACK;
  - desenvolvimento de sistema Lince Diário Exportação para tornar disponível informações dos registros de exportação relativos aos 13 últimos meses, permitindo pesquisas através de cruzamentos de diversas variáveis;
  - sistema Lince Relatório Internet Importação e Exportação, na internet, que gera arquivos com informações sobre as importações e exportações brasileiras; e
  - Cadastro de Fornecedores Estrangeiros – CAFÉ, da família SISCOMEX, que visa criar e manter um cadastro de fornecedores de produtos estrangeiros importados pelo Brasil.

#### 4.2.4. SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO FEDERAL E REFORMA DO ESTADO

A Superintendência de Negócios Administração Federal e Reforma do Estado - SUNAR tem por objetivo prover o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP de sistemas de informação, consultoria e assessoramento em informática.

##### PRINCIPAIS PRODUTOS

- **SIAPE – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS:** realiza o controle dos dados cadastrais, pessoais e funcionais de todos os Servidores Ativos, Inativos, Instituidores e Beneficiários de Pensão, controle dos cargos vagos e o processamento da Folha de Pagamento da Administração Pública Federal Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas e Ex-Territórios Federais, com tratamento mensal de 1.943.555 registros, 2.933.000 páginas impressas, em 1.021 Upags, em 214 órgãos e 13.000.000 acessos.
- **SIAPENET – INFORMAÇÕES DO SIAPE NA INTERNET:** objetiva disponibilizar informações do SIAPE por meio da Internet, sendo composto por três grandes sites específicos: do Servidor, das Upags e de Capacitação dos servidores.
- **SIAPE DW – TEMA PESSOAL:** Informações do SIAPE, utilizando tecnologia Data Warehousing, permite pesquisas de séries históricas sobre a gestão e gastos com pessoal, análises da folha de pagamento, remuneração e evolução quantitativa e qualitativa da força de trabalho.
- **SIASG – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS:** família de sistemas on-line, de abrangência nacional, responsável pela operacionalização do funcionamento sistêmico das atividades da gestão de materiais, serviços, edificações públicas, veículos oficiais, comunicações administrativas, licitações e contratos do Governo Federal, catalogados 10.802 materiais, 1.599 serviços e 41.973 fornecedores.

- **SIADS – SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS:** permite a automação da área de Serviços Gerais do Ministério da Fazenda, abrangendo: compras, estoques, patrimônio, transportes, telecomunicações, órgãos de administração predial, contratos, bolsa de materiais, preços de produtos, cadastros de fornecedores. Integra-se on-line/real time com o SIAFI.
- **SIORG – SISTEMA DE INFORMAÇÕES ORGANIZACIONAIS DO GOVERNO FEDERAL:** permite a gestão e controle da estrutura organizacional do Governo Federal, disponibilizando informações legais e cadastrais visando a transparência da Administração Pública, contando com 30.000 órgãos cadastrados, mais de 10.000 titulares, mais de 1.000 cidades e a descrição das finalidades e competências de mais de 15.000 órgãos.
- **REDE GOVERNO:** sistema que gerencia uma estrutura de rede de serviços acessível a órgãos governamentais, a instituições de natureza privada e a pessoas físicas, na condição de provedores ou usuários de informações e serviços.

## **BENEFÍCIOS**

- identificação dos servidores através da matrícula única, permitindo o rastreamento dos vínculos em todos os órgãos e a rápida identificação e coibição de pagamentos indevidos;
- possibilita obter informações de dados pessoais, funcionais e financeiros com total confidencialidade ao servidor, que utiliza sua senha pessoal e de uso exclusivo, bem como a atualização de dados pessoais;
- avaliação dos resultados dos investimentos realizados em processos de treinamento e desenvolvimento dos servidores;
- uniformiza e define padrões de qualidade dos materiais e serviços para a Administração Pública Federal;
- disponibiliza o acesso às informações sobre todas as compras e contratações realizadas pelos órgãos públicos federais;
- agiliza e desburocratiza o processo de cadastramento de fornecedores junto a Administração Pública Federal;
- o SICAF está integrado com a SRF, garantindo que somente os fornecedores com situação regular no cadastro de contribuintes daquele órgão possam fornecer bens e serviços ao Governo Federal;
- os produtos/serviços dos fornecedores cadastrados no SICAF são divulgados a nível nacional no âmbito da Administração Pública Federal; e
- cadastramento único dos fornecedores para participar dos processos licitatórios em todo o País.

## **ATIVIDADES INOVADORAS**

- implementação da unificação do SIAPEcad com o Módulo de Cadastro do SIAPE, visando armazenar, tratar e recuperar as informações necessárias à gestão de recursos humanos, considerando os dados cadastrais e financeiros dos servidores;
- implantação do Módulo de Controle de Ações Judiciais – SICAJ, que permite ao

Governo Federal manter controle sobre as ações judiciais referentes ao pagamento dos servidores, evitando pagamentos indevidos;

- implantação do Módulo Processos Administrativos que objetiva controlar as ações administrativas relativas ao pagamento de servidores, mantendo registro histórico dos motivos dos pagamentos e respectivos valores;
- download de arquivo espelho e consulta ao arquivo de crédito bancário permitem que a UPAG faça download de arquivo do mês de pagamento, propiciando o acesso imediato a informações seguras referentes aos seus dados cadastrais e financeiros;
- o Módulo de Capacitação permite a recuperação de informações referentes ao treinamento dos servidores;
- efetivação da integração com o sistema SIAFI assegura o registro de todos os processos de compras do Governo Federal;
- implantação do Módulo Pregão Eletrônico, propiciou melhores condições de participação nos certames licitatórios, aliado a uma maior transparência;
- integração do SICAF às bases de dados do INSS e FGTS, assegura a veracidade das certidões dos fornecedores no ato do cadastramento/renovação; e
- gestão efetiva da sua estrutura hierárquica através de resultados de desempenho dos órgãos do SIORG.

#### **4.2.5 - SISTEMAS CORPORATIVOS DO MINISTÉRIO DA FAZENDA E SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO**

A Superintendência de Negócios Gestão do Ministério da Fazenda – SUNMF apoia o processo decisório do Ministério da Fazenda, mediante a disponibilização de recursos de informática, assim como provê as áreas de gestão administrativa e econômica do MF e do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão de soluções baseada em tecnologia da informação.

#### **PRINCIPAIS CLIENTES**

- Ministério da Fazenda (MF)
  - Gabinete do Ministro
  - Secretaria Executiva
    - Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAA
      - Coordenação Geral de Tecnologia de Informação – COGTI
      - Coordenação Geral de Gestão de Serviços - COGES
      - Coordenação Geral de Recursos Humanos – COGRH
      - Comissão Técnica Permanente do ICMS – COTEPE / CONFAZ
    - Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO
    - Escola de Administração Fazendária – ESAF
  - Secretaria de Política Econômica – SPE
  - Secretaria de Acompanhamento Econômico –SEAE
  - Secretaria de Assuntos Internacionais – SAIN
  - Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF)
  - Banco Central do Brasil – BACEN
  - Casa da Moeda do Brasil – CMB
  - Superintendência de Seguros Privados – SUSEP

- Comissão de Valores Mobiliários – CVM
- Instituto de Resseguros do Brasil – IRB
- Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)
  - Secretaria do Patrimônio da União – SPU

## PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **SIADS – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS (MF):** apoio à gestão de toda a área de serviços gerais do MF, compreendendo os subsistemas de administração de imóveis, estoque, patrimônio, cadastro de fornecedores, cadastro de materiais e serviços, cadastro de órgãos, preços praticados no mercado, contratos, obras e serviços de engenharia, bolsa de materiais, suprimentos, telecomunicações, reprografia, transportes, sugestões, serviços genéricos, cadastro de terceiros e tabelas gerais.
- **COMPROT – SISTEMA DE COMUNICAÇÃO E PROTOCOLO (MF):** agiliza e apoia o gerenciamento das informações sobre a tramitação de documentos administrativos, jurídicos e fiscais no âmbito do Ministério da Fazenda e outros órgãos.
- **CORREIO ELETRÔNICO UNIFICADO (MF):** sistema de comunicação eletrônica do Ministério da Fazenda, que abrange serviços de mensageria, workflow e workgroup, disponibilizados na Intranet e Internet, permitindo conexão com os ambientes internos e externos.
- **INTERNET/INTRANET (MF):** tem por objetivo a execução de páginas sobre temas e áreas do MF, tais como a monitoração, contabilização e avaliação de recursos, definição e disseminação de políticas, estratégias, orientações práticas (operacionais), planos setoriais e globais, assim como outros assuntos de interesse interno e externo.
- **SIAPA – SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL DA UNIÃO (SPU):** apoia a administração e o controle dos imóveis dominiais da União, gerando documentos de cobrança, de notificação e de encaminhamento para a Dívida Ativa.
- **SPIU – SISTEMA DE PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DA UNIÃO (SPU):** sistema de administração e controle dos próprios nacionais (imóveis de uso especial), que dá suporte à administração de imóveis para as unidades gestoras da Administração Pública Federal, interagindo com o SIAFI na valoração do Patrimônio da União registrado na Contabilidade Nacional.
- **SISTEMA FIPE – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS - USP (SEAE):** apoia os processos de acompanhamento e análise dos índices oriundos da FIPE, gerando informações, via rede local e Internet/Intranet, para os níveis estratégicos da área econômica do MF, com análise dos índices econômicos (INPC, IPC), para acompanhamento da inflação e correção de desvios das políticas.
- **CESTA BÁSICA (SEAE):** apoia os processos de captação dos preços no varejo coletados pelo PROCON/DIEESE, fornecidos à SEAE e permite à Secretaria trabalhar informações relativas ao acompanhamento da variação diária dos preços dos produtos que compõem a Cesta Básica do Governo.

- **MÓDULO INDUSTRIAL – BDFARMA** (SEAE): sistema que agrega informações sobre medicamentos existentes no mercado, fornecendo mensalmente suas variações de preço, lançamentos de novos produtos ou apresentações, trocas de titularidade (venda do produto de uma empresa para outra) e os que foram retirados do mercado.
- **SISTEMA ÍNDICES** (SEAE): processa o acompanhamento semanal e mensal de preços e variações dos índices nacionais (INPC/IBGE, IPC/FGV, IPC/FIPE) e do dólar desde 1990.
- **CADASTRO DE EMPRESAS** (SEAE): sistema de informações cadastrais de empresas, sindicatos e associações possibilitando o acompanhamento do quadro societário, capital e outras responsabilidades dessas entidades.
- **REDE CORPORATIVA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA** (Gabinete do Ministro, Secretaria Executiva, SPE, SEAE, ESAF, SUSEP-Rio, CVM-Rio, Banco Central e SPU-MP): backbone de infra-estrutura de Rede Corporativa que permite aos usuários amplo acesso e comunicação com o mundo, além de possibilitar a utilização de informações do SISBACEN, PRODASEN, SIAFI, IPEA, Agências de Notícias (CNA, Broadcasting, Agrocasting, Investnews, Meca-Globo) e da Internet, agregando valor ao trabalho diário dos órgãos.
- **SISCOAF** (COAF): utilizando tecnologias web e cliente/servidor apoia as operações finalísticas do COAF, destacando-se a operacionalização de um site Internet destinado à captação on-line de dados referentes a operações suspeitas de pessoas obrigadas a prestar informações ao COAF.
- **PARLA** (MF): apoia as atividades de assessoria parlamentar, possibilitando o acompanhamento sistemático de projetos de lei de interesse do MF que tramitam no Congresso Nacional.
- **BALANÇA** (COTEPE): planilha Excel da Balança Comercial, que presta importante apoio às atividades da COTEPE, com migração para a plataforma web.
- **BOLETIM** (COTEPE): planilha Excel que recebe os dados de cada Unidade da Federação e os consolida no Boletim do ICMS, para fins de controle e informações para a administração tributária do Governo Federal.
- **CIC – CONTROLE DA INFRA-ESTRUTURA CORPORATIVA** (COGTI): apoia o gerenciamento dos recursos e serviços de infra-estrutura de informática do Ministério da Fazenda, recebendo informações de outros sistemas e tem execução descentralizada nas regiões, com consolidação centralizada na COGTI.
- **SIGAB** (MF/Gabinete do Ministro): controla a agenda de compromissos do Ministro da Fazenda, registrando os assuntos tratados e telefones de seu interesse.

#### 4.2.6. SISTEMAS PROCESSUAIS

A Superintendência de Negócios Sistemas Processuais - SUNSP presta serviços na área de tecnologia da informação à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, disponibiliza e sugere melhoria de inovações, oferecendo respostas rápidas, precisas e confiáveis, voltadas ao gerenciamento do contencioso da União.

## PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **PROJETO INTEGRADO DA DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO:** automatiza as atividades diretamente relacionadas com o processo da Dívida Ativa que geram o Cadastro Nacional de Informações da Dívida Ativa da União em uma única base de dados e processa eletronicamente as inscrições e cobranças judiciais para estimular a liquidação de débitos, por intermédio de 19 sistemas.
- **PROJETO INTEGRADO DA DEFESA DA FAZENDA NACIONAL:** arquivo eletrônico de âmbito nacional de todas as ações e medidas judiciais de interesse da Fazenda Nacional, constituindo-se na base de dados da Defesa, podendo ser acessado e operado em todas as Procuradorias Regionais, Estaduais e Seccionais por intermédio de 6 sistemas.
- **PROJETO PGFN – III MILÊNIO:** auxilia a PGFN em suas atribuições institucionais e atividades de natureza estratégica, tática e operacional, bem como a evolução no grau de integração de informações, mediante a interligação dos sistemas internos da PGFN (Dívida Ativa e Defesa da Fazenda Nacional), com o Projeto de Modernização da Secretaria da Receita Federal, com a Justiça Federal, com órgãos públicos intervenientes e com bases externas.

## BENEFÍCIOS

- possibilidade do agendamento de pagamentos;
- garantia na preservação do sigilo fiscal;
- possibilidade da quitação imediata de débitos para com a União;
- baixa imediata no CADIN, se for o caso, decorrente da quitação da dívida;
- obtenção de Certidão Negativa;
- redução dos custos operacionais;
- melhoria da visibilidade e percepção dos serviços prestados à sociedade;
- domínio, segurança e confiabilidade sobre os valores envolvidos.
- monitoramento dinâmico da Arrecadação Federal;
- possibilidade imediata de auditoria no Agente Arrecadador; e
- melhoria na conciliação entre os fluxos contábil e financeiro.

## ATIVIDADES INOVADORAS

- acesso aos andamentos judiciais, por meio de hiperlink aos Tribunais e Seções Judiciárias;
- inclusão dos Relatórios Gerenciais da PGFN na Intranet;
- implantação do Projeto de Execução Fiscal Virtual, com a inserção de código de Barra nos documentos da petição inicial e transferência eletrônica dos dados;
- implantação do Sistema para concessão de parcelamentos simplificados via internet;
- implantação do Sistema da Certidão pós impressa, com número de segurança HASH,

- visando a substituição do formulário pré impresso em todas as Procuradorias;
- novo site da PGFN na Internet/Intranet, moderno e compatível com a evolução dos demais sites existentes, inclusive facilitando a navegação;
- implantação do SISPAGON – Sistema de pagamento on-line, que permite o devedor efetuar seu pagamento diretamente de sua conta bancária;
- implantação da nova versão do sistema Diligência da PGFN, que propicia acesso às bases DOI - Operações Imobiliárias, SPU - Patrimônio da União, e ITR - endereços de imóveis rurais, além de permitir acesso aos CPF e CNPJ.

## INDICADORES

- **Evolução do parque instalado na PGFN:**

ACESSO À REDE	1996	1997	1998	1999	2000
Micros	572	847	1.750	1.768	1.702
Servidores de rede			20	47	36
Impressoras			900	790	1.303
Controladoras			121	64	52
Roteadores			29	29	18
Redes Instaladas					44
Projetos Concluídos					70

- **Usuários cadastrados e transações na PGFN:**

	1997	1998	1999	2000
USUÁRIOS	1.037	1.152	1.361	1.613
TRANSAÇÕES		14.391.192	19.435.486	22.048.625

- **Valores arrecadados por Sistemas:** valores arrecadados, sendo mais expressivos no da Defesa da Fazenda Nacional, após publicação da MP9703-98 (dez/98).

SISTEMA	1998 (R\$)	1999 (R\$)	2000 (R\$)
SISTEMA DÍVIDA ATIVA	1.991.581.497,88	1.011.600.927,92	1.455.655.063,47
SISTEMA DA DEFESA	1.090.630.698,15	4.006.953.376,62	4.418.177.480,35
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.082.212.196,03</b>	<b>5.018.554.304,54</b>	<b>5.873.832.543,82</b>

- **Valores arrecadados pelo SISPAGON-Sistema de Pagamento on-line:** valores arrecadados a partir de setembro/2000, quando da implantação do sistema.

	Quant. Pagamentos efetuados desde a implantação	2000 (R\$)
SISTEMA DÍVIDA ATIVA	377	164.545,43

- **Inscrições e Ajuizamentos:** O elevado número de inscrições no período de 1995 a 2000, foi decorrente da Comissão criada pelo Ministério da Fazenda, cujo objetivo era transferir débitos vencidos da SRF para Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

	1995	1996	1997	1998	1999	2000
INSCRIÇÕES	204.694	624.925	1.004.597	476.310	1.060.292	274.387
AJUIZAMENTOS	91.699	332.851	348.018	313.094	393.337	642.652

<b>TOTAL GERAL</b>	<b>293.393</b>	<b>957.776</b>	<b>1.352.615</b>	<b>789.404</b>	<b>1.453.629</b>	<b>917.039</b>
--------------------	----------------	----------------	------------------	----------------	------------------	----------------

#### 4.2.7. SISTEMAS SERVIÇOS ESPECIAIS

A Superintendência de Negócios Serviços Especiais - SUNSE visa fornecer as melhores soluções em tecnologia da informação, a preços justos, com ênfase na qualidade dos serviços e satisfação dos clientes.

#### PRINCIPAIS CLIENTES

- Departamento Nacional de Trânsito – DENATRAN – Ministério da Justiça.
- Departamento de Polícia Rodoviária Federal – DPRF.
- Secretaria de Tecnologia da Informação – Exército.
- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA.
- Ministério do Trabalho e Emprego – TEM.
- Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS.
- Presidência da República – Diretoria Geral de Administração - PR.

#### PRINCIPAIS PRODUTOS

- **RENAVAM - REGISTRO NACIONAL DE VEÍCULOS AUTOMOTORES (DENATRAN):** o sistema mantém os registros da frota nacional de veículos, as ocorrências de roubo e furto, as alterações de propriedade dos veículos e as transferências entre os Estados da Federação, efetuando o pré-cadastro de todos os veículos produzidos pela indústria automobilística brasileira, bem como, de todos os veículos importados, a fim de garantir sua procedência e, também, permite obter dados sobre a comercialização de veículos novos e usados.
- **RENACH - REGISTRO NACIONAL DE CARTEIRAS DE HABILITAÇÃO (DENATRAN):** o sistema mantém atualizado o registro nacional de condutores, permitindo a transferência on-line de todas as carteiras nacionais de habilitação – CNH, entre os Estados da Federação. Cria procedimentos padronizados visando disciplinar, em nível nacional, a emissão da CNH, a fim de evitar fraudes e duplicações para um mesmo condutor, e permitir o controle nacional da pontuação das infrações de trânsito.
- **SISTEMA DE MULTAS (DPRF):** o sistema processa as autuações de infrações de trânsito emitidas pelo DPRF, efetuando seu lançamento, emissão de notificações e controles.
- **REDE SERPRO (Secretaria de Tecnologia da Informação – Exército):** firmado contrato com a Secretaria para utilização da rede SERPRO, a princípio para 12 perfis de rede, prevendo-se expandir até 700 perfis, alcançando faturamento de aproximadamente 14 milhões/ano.
- **SRTT - SISTEMA DE REGULARIZAÇÃO E TITULAÇÃO DE TERRAS, CG - SISTEMA DE CADASTRO DE GLEBAS E CA - SISTEMA DE CADASTRO DE ADQUIRENTES (INCRA):** sistemas destinados a atender as áreas fins do INCRA, contribuindo, desta forma, para o cumprimento de sua Missão Institucional.

- **SNCR - SISTEMA NACIONAL DE CADASTRO RURAL (INCRA):** mantém os registros das propriedades rurais brasileiras atualizados com dados completos sobre imóveis rurais (localização geográfica e tamanho), proprietários, parceiros, meeiros arrendatários e utilização da terra.
- **TDA - SISTEMA DE CONTROLE DE TÍTULOS DA DÍVIDA AGRÁRIA (INCRA):** responsável pelo acompanhamento e baixa dos títulos agrários (TDA's) emitidos pelo INCRA.
- **SIR - SISTEMA DE INFORMAÇÕES RURAIS (INCRA):** o sistema de informações rurais (em fase de treinamento do clientes), é uma reformulação dos sistemas SNCR, CG, CA e SRTT. Irá substituí-los utilizando uma nova plataforma, integrando recursos do geoprocessamento aos dados literais.
- **COMPROT - SISTEMA DE COMUNICAÇÃO E PROTOCOLO (INCRA):** aplicativo desenvolvido para o Ministério da Fazenda e disponibilizado para o INCRA.
- **ICONE - SISTEMA DE INFORMAÇÃO, CONTROLE E ESTRATÉGIA (PR):** aplicativo de integração de dados para apoio ao processo decisório, na tecnologia de Data Warehousing, referente ao tema "Ações de Governo".
- **INFORMATIVA - INFORMAÇÕES DA COMUNIDADE ATIVA (PR):** Aplicativo para o ambiente INTERNET, relativo ao DLIS – Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Programa Comunidade Ativa.
- **SAAP - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES PARLAMENTARES (PR):** aplicativo do cliente, sendo a prestação de serviço, pelo Serpro, referente apenas à execução operacional.
- **RAIS - RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (MTE/MPAS):** que visa suprir as necessidades de controle, estatística e informações das entidades governamentais; é o instrumento indispensável para atender às necessidades:
  - da legislação da nacionalização do trabalho;
  - de controle dos registros do FGTS;
  - dos sistemas de arrecadação e de concessão de benefícios previdenciários;
  - de estudos técnicos de natureza estatística e atuarial; e
  - de identificação do trabalhador com direito ao abono salarial PIS/PASEP.
- **SFIT - SISTEMA DE FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO (MTE):** possibilita o planejamento e acompanhamento da fiscalização do trabalho, em todas as suas atividades, permitindo o controle a nível regional e centralizado de todas as rotinas e procedimentos adotados pelo corpo fiscal, principalmente quanto à produtividade individual e global.

#### **4.2.8. SISTEMAS DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DE ESTADOS E MUNICÍPIOS**

A Superintendência de Negócios para Estados e Municípios - SUNEM objetiva fornecer

soluções de tecnologia de informação aos Estados e Municípios brasileiros, a modernização do processo de gestão financeira, contábil e patrimonial, e na busca de produtos geradores de informação, ampliou sua atuação desenvolvendo o pacote " Solução Fiscal Completa ", para oferecer ao mercado soluções integradas, que poderão proporcionar eficiência administrativa e eficácia na gestão da receita e dos gastos, com equilíbrio fiscal.

## PRINCIPAIS CLIENTES

- **esfera federal:**  
cliente: UCP - Unidade de Coordenação dos Programas Pnafe e Pnafem do Ministério da Fazenda.  
usuários: Secretaria Executiva do Ministério da Fazenda e Coordenação da UCP - Estados e Municípios Brasileiros que são beneficiários dos Programas Pnafe e Pnafem de empréstimos do BID.
- **esfera estadual:**  
Governos dos Estados de: Alagoas, Amapá, Distrito Federal, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia, São Paulo e Tocantins.
- **esfera municipal:**  
Prefeituras Municipais de: Cuiabá - MT, Juiz de Fora - MG, Piracicaba - SP, Pirassununga - SP.

## PRINCIPAIS PRODUTOS

- **SIAFEM - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS:** desenvolvido com base no Sistema Siafi, apoia a gestão orçamentária, contábil e financeira, fornecendo informações em tempo real para a tomada de decisões, padronizando procedimentos, uniformizando a linguagem orçamentária, contábil e financeira e favorecendo a transparência nos atos de gestão.
- **SIPLAN - SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS:** baseado no Sistema de Programação Orçamentária do Governo Federal, com o objetivo de prover os governos estaduais e municipais de ferramenta que permite organizar e planejar de forma estruturada as ações, objetivos e metas dos órgãos vinculados à administração e controlar a execução orçamentária.
- **SITAFE - SISTEMA INTEGRADO DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO FISCAL PARA ESTADOS:** utilizado para a gestão da arrecadação e fiscalização de tributos nos Estados, através do apoio às Secretarias de Fazenda no controle dos tributos, pagamentos, cobrança, inscrição em dívida ativa e no acompanhamento das ações de fiscalização.
- **SIAGEM - SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS:** apoia o processo administrativo dos Estados e Municípios, padronizando as atividades de aquisição de materiais e serviços, atendendo a Lei 8.666 permitindo o acompanhamento dos preços praticados pelo mercado em tempo real, antes da transação.

- **SIG - SISTEMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS:** desenvolvido com a técnica de modelagem multidimensional e conceitos de armazenagem de dados (data warehouse), possibilitando relacionar os elementos da estrutura orçamentária com todos os valores da execução orçamentária da despesa e da receita, obtidos do Sistema Siafem.
- **NAVEGA - SISTEMA DE SEGURANÇA E CONTROLE DE ACESSO:** permite a segurança e controle de acesso aos sistemas do Serpro recepcionando o usuário, executando a validação da sua identificação e senha para acesso, além de contabilizar e registrar a utilização de um ou mais usuários e um ou mais sistemas por ele administrados.
- **SAFE - SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO FINANCEIRO PARA ESTADOS:** É um sistema para a gestão dos recursos financeiros concedidos aos Estados brasileiros, participantes do Programa PNAFE, com o principal objetivo de apoiar a Unidade de Coordenação do PNAFE - UCP/MF, no controle dos empréstimos concedidos e na prestação de contas ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.
- **SINTEGRA - SISTEMA INTEGRADO DE INFORMAÇÕES SOBRE OPERAÇÕES INTERESTADUAIS COM MERCADORIAS:** desenvolvido em conjunto com a UCP/PNAFE para apoiar as Secretarias de Fazendas Estaduais nas ações de fiscalização e controle da arrecadação, propicia o intercâmbio de informações sobre compras interestaduais, aumentando a segurança do comércio estadual, com acesso via internet a dados cadastrais básicos sobre empresas, segundo o fisco do seu Estado de origem.

## INOVAÇÕES E MELHORIAS

- implementação das rotinas de Programação Financeira – PPF e Programação Financeira Aprovada – PFA, nos moldes do SIAFI;
- desenvolvimento de diversas transações específicas para integração da Bolsa Eletrônica de Compras do Estado – BEC;
- desenvolvimento de diversas transações para integração ao Sistema de Administração de Obras do Estado – SAIOBRAS;
- implementação do Siafem em plataforma Windows com banco de dados Oracle, permitindo informações e controles on-line em atendimento às Leis 4.320/64, 6404/76 e Lei complementar 101/2000 ( Lei de Responsabilidade Fiscal);
- especificação do Plano Plurianual - PPA, a ser integrado ao SIPLAN disponibilizadas a todos os clientes; e
- desenvolvimento e implantação da versão 3.0 do Safe, para o cliente UCP/MF, que incorpora o modo diálogo na interface gráfica, favorecendo uma maior interação com o usuário.

### 4.2.9. COMERCIALIZAÇÃO DE INFORMAÇÕES

A Superintendência de Negócios Comercialização de Informações – SUNCI negocia com os clientes proprietários das bases de dados existentes no Serpro um subconjunto de informações não reservadas e não sigilosas, passíveis de comercialização (perfil público dos

sistemas e bases), que são viabilizados através de celebração de contrato com empresas públicas e privadas.

## PRINCIPAIS CLIENTES

Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME.  
 Associação Comercial do Estado de SP- ACESP.  
 Associação Comercial de Pernambuco – ACPE.  
 Associação Brasileira dos Bancos Estaduais e Regionais – ASBACE.  
 Banco do Brasil – BB.  
 Câmara dos Dirigentes Lojistas – CDL.  
 Caixa Econômica – CEF.  
 Conselho Federal de Administração – CFA.  
 Conselho Federal de Contabilidade – CFC.  
 Conselho Federal de Serviço Social – CFESS.  
 Conselho Federal de Fonoaudiologia – CFFA.  
 Conselho Federal de Medicina – CFM.  
 Conselho Federal de Medicina Veterinária - CFMV-SP.  
 Conselho Federal de Odontologia – CFO.  
 Central de Informática de São Paulo - CISP-SP.  
 Confederação Nacional da Agricultura – CNA.  
 Confederação Nacional dos Dirigentes Lojistas – CNDL.  
 Conselho Federal de Economia – COFECON.  
 Companhia de Abastecimento de Água de PE – COMPENSA –PE.  
 Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG.  
 Empresa Brasileira de Telecomunicações – EMBRATEL.  
 Federação do Comércio de São Paulo – FCESP.  
 Grupo Executivo p/ Recuperação Econômica do ES – GERES.  
 INTERCHANGE.  
 Proceda.  
 SERASA – Centralização de Serviços de Bancos S/A – FEBRABAN.  
 TELECENTROSUL.  
 Telecomunicações S/A – INTELIG.

## PRINCIPAIS SERVIÇOS

SERVIÇO	SEGMENTO CLIENTE	CLIENTE FINAL
Infra-estrutura de acesso (Rede, Site Tronco Internet)	Órgãos Públicos	Usuários internos aos Clientes
Embalamento de Notícias (Agências de Notícias)	Sunmf, Sunaf e Sunat	MF, STN e SRF
Intercâmbio Eletrônico de Dados (EDI)	Sunat e Sunce	Bancos para recebimento de DARFs e empresas importadoras
Pagamento Eletrônicos, via Internet (Ambiente de Pagamentos)	Sunat, Sunsp e Sunmf	Sociedade em geral

### 4.3. GESTÃO DE INFRA-ESTRUTURA

#### 4.3.1. - GESTÃO FINANCEIRA

A Superintendência da Gestão Financeira - SUPGF é responsável pela administração dos recursos financeiros e do fluxo monetário do Serpro, bem como os assuntos relacionados à área tributária e fiscal. Atua nos seguintes processos de gestão:

- **Orçamentária:** visa a elaboração, consolidação e análise da proposta orçamentária do Serpro e seu acompanhamento nos diversos níveis de aprovação: SPOA/MF, SOF/MPO e Congresso Nacional. Após a aprovação, acompanha sua execução nos diversos níveis, elaborando os processos de suplementação orçamentária e exercendo o papel de agente controlador do orçamento empresarial.
- **Contábil:** visa a coordenação do sistema contábil com elaboração das demonstrações contábeis mensais, prestações de contas, escrituração fiscal, elaboração da Declaração do Imposto de Renda e elaboração de informações destinadas aos órgãos de controle externo.
- **Financeira:** consiste na programação financeira de caixa, compatibilizando a execução financeira com a disponibilidade e promove a aplicação financeira dos recursos disponíveis. É responsável também pelo controle da movimentação de títulos, valores mobiliários e ações de propriedade do Serpro e pelo acompanhamento e controle da execução da despesa (contas a pagar).
- **Custos:** informações referentes a custos empresariais, fornecendo dados e projeções necessárias à análise de linhas de negócio e a avaliação de rentabilidade. Acompanha e controla a execução da receita (contas a receber) e a execução do faturamento, subsidiando a elaboração da Tabela de Preços dos serviços prestados, por meio de informações de custos unitários e estruturais.
- **Normativa:** é responsável pelo estudo e acompanhamento da legislação fiscal e tributária federal, promovendo a emissão e a divulgação interna de normas, promover o planejamento tributário, sendo responsável pelas certidões necessárias às assinaturas de contratos e aos recebimentos de faturas, bem como preparar processos fiscais relativos a parcelamentos, restituições e compensações de tributos e contribuições, promovendo seus acompanhamentos junto aos respectivos órgãos.

## ATIVIDADES INOVADORAS

- desenvolvimento e implantação do controle de retenções do Imposto de Renda realizadas nas faturas de fornecedores e do ISS atendendo a legislação municipal vigente.
- consolidação do sistema CAUF- Central de Atendimento ao Usuário Financeiro que possibilita a informação, em tempo real, aos fornecedores quanto aos pagamentos a serem efetuados pelo Serpro.
- consolidação do sistema CPR Contas a Pagar e a Receber que possibilita ao Serpro obter, em tempo real, a exata posição do passivo junto a seus fornecedores e clientes.

### 4.3.2. - GESTÃO DE PESSOAS

A Superintendência de Gestão de Pessoas – SUPGP tem como finalidade dotar as Unidades de Gestão do Serpro de sistemáticas, métodos, técnicas, meios, sistemas e informações necessárias à Gestão e ao Desenvolvimento das Pessoas, com atuação nos seguintes macro-processos:

**GESTÃO ESTRATÉGICA:** responsável pela coordenação das atividades referentes a organização na Superintendência e órgãos subordinados; pela análise, consolidação e disseminação das informações referentes ao desempenho da Unidade; pela implementação da sistemática de monitoração dos processos, por meio de indicadores de qualidade organizacional e de produtividade; bem como propor diretrizes e estratégias objetivando subsidiar o processo de Planejamento Interno.

**GESTÃO DO DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS:** responsável pela capacitação e desenvolvimento corporativo, avaliação funcional e gerencial, comunicação social (veículos institucionais de informações corporativas), promoção de eventos comemorativos, além da área responsável pela documentação e informação bibliográfica (acervo bibliográfico, estação de estudos, etc.).

**GESTÃO DE PESSOAS:** responsável pela manutenção do cadastro e folha de pagamento dos empregados, negociação do Acordo Coletivo de Trabalho, normatização e concessão dos benefícios oferecidos pela empresa, além de todas as atividades afetas ao relacionamento com as entidades representativas dos empregados.

**GESTÃO DO ATENDIMENTO:** responsável pelo atendimento individual (postos, Regional Brasília e Sede), eletrônico ou por meio do (SAP – Serviço de Atendimento a Pessoas), referentes aos macro-processos de Gestão Estratégica, de Pessoas e de Desenvolvimento.

## ATIVIDADES INOVADORAS

- centralização e execução das atividades de Cadastro e Pagamento dos empregados da Sede e de todas as Regionais;
- reestruturação e implantação do Sistema SRH – Módulo Folha de Pagamento;
- implementação do Processo de Planejamento Estratégico a médio prazo – 2000/2003, sendo adotada a metodologia do Balanced Score Card;
- mapeamento de todos os Processos da SUPGP, em parceria com a SUPTD, com estruturação do Plano de Melhorias;
- realização de diagnóstico dos impactos dos processos, serviços e atividades desenvolvidas nas GLGPEs, definindo papéis e responsabilidades dos representantes de GP nas Regionais; e
- realização de Programa de Atendimento com a execução do evento “A Busca da Excelência no Atendimento ao Cidadão”, padrão ENAP, como forma de adequação do perfil de atendimento da Unidade;

## INDICADORES E RESULTADOS

### • *Evolução do Quadro Serpro*

QUADRO	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Interno	8.165	7.021	6.639	6.787	5.250	5.106

Externo	4.755	4.356	4.117	4.037	3.726	3.641
<b>Total</b>	<b>12.920</b>	<b>11.377</b>	<b>10.756</b>	<b>10.824</b>	<b>8.976</b>	<b>8.747</b>

- **Eficácia do Sistema de Trabalho**

EM R\$ MIL

<b>DISCRIMINAÇÃO</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
Receita por empregado	74,8	70,2	88,0	83,5
(-) Despesa com pessoal por empregado	42,5	39,6	52,4	46,1
(-) Demais Despesa por empregado	27,3	23,6	25,5	23,0
<b>(=) Resultado Bruto</b>	<b>5,0</b>	<b>7,0</b>	<b>10,1</b>	<b>14,4</b>

- **Amplitude de Controle**

<b>ANO</b>	<b>No. EMP.</b>	<b>CHEFES</b>	<b>AMPLIT.</b>
1995	7.254	880	8,24
1996	6.078	911	6,67
1997	5.743	861	6,67
1998	5.878	872	6,74
1999	5.250	675	7,77
2000	5.106	664	7,68

### 4.3.3. - GESTÃO LOGÍSTICA

A Superintendência de Gestão Logística - SUPGL tem como finalidade prover a infraestrutura necessária à atuação do Serpro, mediante a implementação e operação de processos que garantam os requisitos de legalidade, qualidade, segurança e economicidade.

#### PRINCIPAIS PRODUTOS/ATIVIDADES

- **Aquisições e Contratações:**

- adoção do Pregão para aquisição de bens e serviços comuns, com significativo ganho em função da simplificação do processo de contratação e redução dos prazos para aquisição;
- realização de pré-qualificação de fornecedores para fornecimento de microcomputadores, o que permitiu a aquisição de cerca de 1.250 microcomputadores, em prazos bem reduzidos;
- implantação de nova versão do Sistema de Gestão de Contratos – SGC, possibilitando maior participação das Unidades do Serpro na gestão de seus contratos;
- realização de compra corporativa com entrega programada de papel A4, com redução dos custos com a diminuição de espaço físico para estocagem e administração de estoques;
- regularização de todos os contratos afetados pela desvalorização cambial e dificuldades orçamentárias verificadas em 1999.

- **Instalações Físicas:**

- adequações e aumento da confiabilidade de operação das instalações prediais (climatização, detecção/alarme/combate de incêndio, escadas de emergência,

- instalações elétricas e hidro-sanitárias, para-raios, etc.);
  - recuperação e melhoria dos prédios (impermeabilizações, reforma/adequação de sanitários, pinturas, etc.);
  - melhoria dos ambientes e condições de trabalho (aquisição de equipamentos audiovisuais, sistemas de som, fax, etc.);
  - aquisição de mobiliário ergonômico para as regionais BSA, SDR, RCE e BLM;
  - execução da adequação física para implantação do ambiente de segurança máxima requerido pela Autoridade Certificadora – CA-Serpro, na Regional Rio de Janeiro; e
  - início da obra de reforço estrutural no edifício Sede.
- **Racionalização de Custos:**
    - revisão dos sistemas e procedimentos relativos ao consumo de energia elétrica, possibilitando superar a meta de redução de 20% estabelecida pelo Decreto 3.330/2000 (redução obtida de 27,47% na ponta e de 20,51% no fora de ponta); e
    - aluguel de espaço físico ocioso nas regionais Salvador (1.700 m<sup>2</sup>) e Curitiba (3.200 m<sup>2</sup>), locados para a Secretaria da Receita Federal e Banco Central, respectivamente, com redução das despesas de manutenção predial dessas regionais de cerca de 35%.

#### 4.3.4. CONSULTORIA TECNOLÓGICA.

A Superintendência de Consultoria Tecnológica – SUPCT fornece soluções tecnológicas por meio de consultoria, prospecção tecnológica e projetos piloto às Unidades de Negócios que atendem os clientes do Serpro, bem como responde pela gestão dos contratos corporativos com os fornecedores de softwares, serviços de apoio, consultoria e treinamento.

#### PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **PMOD - PROJETO MODERNIZAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES:** processo Serpro de Desenvolvimento de Software, que provê ferramental aos desenvolvedores de sistemas para maior rapidez e eficiência na disponibilização de soluções aos seus clientes.
- **GESTÃO DE CONTRATOS CORPORATIVOS:** contratação de softwares e serviços para atendimento às demandas de clientes do Serpro.
- **AValiação de Produtos:** realização de testes de produtos disponíveis no mercado a serem implementados em soluções para clientes, tais como:

- **Apoio À Decisão:** avaliação do software Dardo, da empresa Inforum, para desenvolvimento de protótipos relativos ao processo decisório, via análise de informações gerenciais.
- **Otimização de Sistemas:** avaliação de ferramentas de otimização de aplicativos Oracle no desenvolvimento do projeto Sief da Sunat, entre eles os softwares Lecco Sql Expert e Precise Sql, referentes a comandos SQLI para o ambiente Oracle.
- **Gerenciamento Eletrônico de Documentos:** estudo e avaliação das soluções de mercado para gerenciamento eletrônico de documentos (GED) para atender demanda da Sunsp.
- **INTEGRAÇÃO DE DADOS:** transferência do conhecimento residente na SUPCT sobre Data Warehouse efetuada na abordagem hands on.
- **CA - PROJETO PILOTO DE AUTORIDADE CERTIFICADORA:** estudo de tecnologia de certificação digital para implantação de um piloto de Autoridade Certificadora, sendo implementado ao longo de 2000 com excelentes resultados.
- **ENDEVOR:** implantação de solução de mercado da CA para programoteca mainframe, em substituição às ferramentas caseiras SIPROG e SIPROD.
- **GESTÃO DO CONHECIMENTO:** realização de testes de ferramentas para implementação da solução de TI para suportar o Portal de gestão do conhecimento do Serpro.
- **E@D:** estudo e avaliação das soluções de Ensino a Distância disponíveis no mercado nacional.
- **CONSULTORIA:** consultoria na seleção de tecnologias de desenvolvimento de sistemas e infra-estrutura às Unidades de Negócio em projetos tais como: Projeto SIAFI, SIORG SIAPENET, ENTIRE-X, Projeto RECLA, Projeto PGFN, Gateway de Pagamentos e RECEITANET.

#### 4.3.5. SERVIÇOS TÉCNICOS

A Superintendência de Serviços Técnicos - SUPST executa e administra os processos produtivos de entrada e saída de dados e o atendimento corporativo que se constitui no gerenciamento, na disponibilização de recursos, no fornecimento de produtos e serviços e no apoio técnico vinculados à computação pessoal e ambiente cliente/servidor, de interesse no âmbito interno do Serpro e de seus clientes.

#### PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **ATENDIMENTO CORPORATIVO:** fornece soluções técnicas em serviços corporativos, rede local, computação pessoal e correio eletrônico.
- **PROCESSOS PRODUTIVOS DE ENTRADA E SAÍDA DE DADOS:** atende todas as

Unidades de Negócio, cujos produtos são destinados aos clientes externos do Serpro e indiretamente à sociedade.

- **POLÍTICA DE MARKETING:** documento que disponibiliza na homepage da Superintendência, as diretrizes e procedimentos padrões de atendimento a clientes, relacionamento com clientes e fornecedores e relacionamento com os colaboradores da SUPST.

#### 4.3.6. TRATAMENTO DE DADOS

A Superintendência de Tratamento de Dados - SUPTD presta serviços de tratamento e armazenamento de dados para o Serpro e seus clientes, com qualidade, segurança e a preços competitivos.

#### PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **PROCESSAMENTO EM GRANDE PORTE:**
  - Regional de Brasília: SIAFI, SIAPE, SIADS, SIASG, SITAF, SINAL e SIPE
  - Regional de São Paulo: SINCOR, COMPROT, CGC, CPF, CIDA, IRPF, FGTS, SISCOB e GER ITR
  - Regional Rio de Janeiro: SISCOBEX, RENAVAM.
- **ARMAZENAMENTO DE DADOS:**
  - Regional de Brasília: SIAFI, SIAPE, SIADS, SIASG, SITAF, SINAL e SIPE
  - Regional de São Paulo: SINCOR, COMPROT, CGC, CPF, CIDA, IRPF, FGTS, SISCOB e GER ITR
  - Regional Rio de Janeiro: SISCOBEX.
- **SERVIDORES ESPECIAIS:**
  - Regional Brasília: Servidores de plataformas baixa.

#### ATIVIDADES INOVADORAS

- estudo de plataformas alternativas para o novo SIAFI com abordagem de uso de banco relacional (ORACLE, DB2) em plataformas NT, UNIX e OS390;
- apoio técnico ao desenvolvimento do Sistema de Acesso a Arquivos por Anúncios dos Ministérios da Saúde e da Agricultura com execução de download de arquivos via Web Server (HTTP) com acesso diferenciado para cada órgão e controles através do Senha-Rede e da Aplicação;
- apoio técnico ao desenvolvimento do Sistema de Consulta a RAIS através de acesso Internet no ambiente CICS/TS 1.3 com TCP/IP IBM e segurança de acesso via SSL;
- apoio técnico ao desenvolvimento do Sistema de Controle do Tráfego de Cargas a ser realizado na mesma plataforma do Sistema da Marinha;
- apoio técnico ao desenvolvimento do Sistema "SAAP" (Acompanhamento das Atividades Parlamentares) com uso do NATURAL SPECTRUM e Banco de Dados ADABAS, com acesso Internet/Intranet;

- instalação e customização do produto que permite emulação de terminal 3270 a aplicação CICS/NATURAL/ADABAS, via Browser, utilizando a plataforma WebSphere OS390;
- estudo e avaliação de produtos que permitam a utilização de impressão e visualização de relatórios para aplicações com acesso Internet (padrão WEB);
- instalação, customização e disseminação para o desenvolvimento de acesso WEB via CICS, com o fornecimento de apoio técnico;
- implementação e aceitação de Certificado Digital de Usuários, baseado no padrão X.509, diretamente no Servidor WEB do OS/390;
- instalação de novas versões de produtos, definição de padrões para diretórios do UNIX, estruturação dos HFSs, uso dos produtos: HTTP Server, WebSphere Application Server, Firewall, TCPIP, FTP, Host-On-Demand, Host Publisher, JDK, etc.; e
- implementação de rede local de "storage" (SAN) para permitir acesso à área de disco centralizada em plataforma tipo "disk-array" utilizando administração de espaço, similar aos servidores OS/390.

## INDICADORES

- **Disponibilidade em Relação ao Acordo de Nível de Serviços:** demonstram que supera os níveis acordados, que é de 98%.

	1997	1998	1999	2000
Disponibilidade	99,24%	99,76%	99,78%	99,90%

- **Percentual de Serviços Realizados no Prazo em Relação ao Total (Média Mensal):**

	1997	1998	1999	2000
Serviços produzidos	1.668	2.170	2.047	1.312
Serviços produzidos no prazo	1.468	2.091	2.038	1.305
Cumprimento de Prazos	88,01%	96,38%	99,53%	99,52%

- **Número de Serviços Implantados sem Problemas em Relação ao Total de Serviços Implantados:** reflete o grau de complexidade das novas implantações.

	1997	1998	1999	2000
Serviços Implantados	26	86	88	12
Serviços Implantados sem problemas	26	79	81	12
Percentual	100%	91%	92%	100%

- **Média Ponderada do Tempo de Host:** quanto menor o tempo de Host melhor para o Cliente. Neste tempo não está considerado segmento rede. As metas a serem alcançadas são definidas por sistema, não sendo possível definir uma meta global, porém, observa-se uma melhora nos resultados.

	1998	1999	2000
Tempo de Resposta HOST (seg)	0,52	0,45	0,38

#### 4.3.7. REDE

A Superintendência de Rede - SUPRE presta serviços na área de comunicação de dados, voz e imagem e tem a responsabilidade de definir, gerir, implantar e operacionalizar a Rede de Comunicação Serpro e, ainda, de prospectar e implementar soluções tecnológicas, com vistas a garantir a funcionalidade e modernidade necessária à sustentação dos serviços.

#### PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **ACESSO SNA:** disponibiliza os recursos de rede que possibilitam o acesso às bases de dados localizadas nos mainframes de São Paulo e Brasília, nas modalidades acessos dedicado, compartilhado ou porta de conexão SNA.
- **ACESSO MULTIPROTOCOLAR:** disponibiliza a infra-estrutura de comunicação para inter-conexão de redes locais e demais tipos de acessos existentes, no âmbito nacional e internacional, à Rede Multiserviços do Serpro.
- **ACESSO DISCADO INTRANET:** é o provimento de acesso discado ao ambiente de comunicação Serpro Intranet, onde residem os sistemas e bases de dados, tais como SIAFI, SIAPE, SISCOMEX, sistemas da SRF, correios eletrônicos, serviços WEB de Rede Interna, entre outros. Possibilita também o uso das ferramentas básicas da Internet SMTP, HTTP, FTP, grupo de discussão, lista de distribuição.
- **INTERNET:** disponibiliza o acesso corporativo aos serviços Internet a partir de uma determinada estação de trabalho de uma rede local conectada a Rede de Comunicação SERPRO ou rede integrante da Rede Governo. Garante o acesso a todos os sites públicos disponíveis na Internet, onde permitem o acesso às bases de dados de servidores de informações públicas ( ex: Receitanet, Siapenet e outros).
- **INTEGRAÇÃO DE CORREIOS:** caracteriza-se pela integração de ferramentas de comunicação, independentemente da plataforma, possibilitando o envio e recebimento de mensagens entre os usuários de correios eletrônicos de rede local (MS-Mail, Lotus Notes, GroupWise) entre outros e Internet (e-mail), utilizando uma lista de endereços comuns, integrando a plataforma de comunicação entre os órgãos de Governo.
- **VOZ CORPORATIVO SERPRO:** compreende o uso das facilidades de transmissão de voz (telefonía), em meio digital, integradas à infra-estrutura da Rede de Comunicação SERPRO.
- **TRANSMISSÃO DE ARQUIVOS:** compreende o transporte eletrônico de arquivos entre os diversos ambientes operacionais do Serpro.
- **CONSULTORIA:** compreende todas as atividades de consultoria, assessoria ou desenvolvimento de projetos de rede ou de implantação de serviços de rede em clientes, bem como a participação em estudos técnicos, reuniões ou qualquer atividade que requeira conhecimentos específicos na área de rede.
- **SEGURANÇA:** compreende um processo de gestão para adicionar valor de segurança aos dados transportados pela rede que garantam a confidencialidade, disponibilidade e

integridade dos dados trafegados na rede. Compõe-se dos sub-processos sistema de segurança (Firewall) e grupo de resposta à ataques (GRA).

- **GERÊNCIA DE REDE:** compreende a identificação em cada dispositivo de rede, falhas, desempenho, configuração, bem como as alterações necessárias para garantir o nível de serviço exigido pelos clientes e adequado ao mercado.
- **NEWS:** áreas públicas ou privadas onde os usuários do Serpro podem enviar mensagens sobre qualquer assunto, buscando compartilhar experiência, obter ajuda, trocar arquivos ou gerar histórico de projetos.
- **FTP COTA/FTP PÚBLICO:** áreas públicas ou privadas que tem como principal objetivo a transmissão e ou divulgação de arquivos, com regras pré-estabelecidas em relação a retenção dos arquivos e ao espaço em disco utilizado.
- **CHAT:** permite a realização de reuniões virtuais de grande porte na Intranet do SERPRO utilizando a facilidade da WEB ou de produtos voltados para este fim.
- **NETMEETING:** permite a realização de reuniões virtuais, possibilitando a transmissão de som e imagem.
- **FÓRUM:** permite centralizar documentos em um só lugar, separados por salas de conferência, como apresentações, contratos, planilhas, descrições de produtos e os usuários têm acesso aos documentos, podendo, inclusive, criar tópicos, debates (salas de conferências específicas).

## INOVAÇÕES E MELHORIAS

- aumento da capacidade de acesso à Internet, possibilitando o atendimento a mais de 90 mil conexões simultâneas. Como exemplo o RECEITANET, com média de 45.000 conexões simultâneas, recebendo e transmitindo em torno de 11.900.000 declarações e o Gateway de Pagamento e o Sistema de Marinha Mercante na racionalização dos recursos e reduzindo a necessidade de contratação de links;
- a integração de correios eletrônicos disponíveis para os órgãos da Administração Federal (Rede Governo), com backbone de mensagem instalado e em operação, com o tráfego de 240.000 mensagens, contra 107.887 mensagens em 1999;
- a implantação de procedimentos de emissão de relatórios, em acesso discado, permitem o monitoramento da segurança, do controle de acessos simultâneos e senha inválidas, via WEB, apresentando o número do telefone que efetuou a ligação, permitindo um acompanhamento de seu consumo, bem como possíveis desvios;
- a implantação do Serviço de Voz Corporativo Serpro, integrando mídias diversas de dados, voz e imagem, compartilhando canalizações digitais proporcionou redução dos custos de telefonia e maior produtividade;
- a implantação do firewall permitiu níveis de segurança absolutos, com a implantação de Autoridade Certificadora do Serpro – CA;
- a privatização dos serviços de telecomunicações no país, provocou a necessidade de realizar licitações, e foi criado um processo de pré-qualificação de fornecedores, e as novas contratações poderão ser efetuadas de forma mais ágil; e

- obtenção junto à ANATEL, a autorização para explorar o Serviço Limitado Especializado, Submodalidade de Serviço de Rede Especializado, em âmbito interior e internacional, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

## INDICADORES

- **Transações, tráfegos e custos unitários de Rede**

	1996	1997	1998	1999	2000
Transações de Rede (Acesso SNA)	-	1.527.893.440	1.999.815.320	2.246.680.970	2.268.416.350
Tráfego de Minutos na Rede (Acesso SNA)	554.400.000	646.437.000	1.103.000.000	1.120.000.000	1.221.000.000
Tráfego de Pacotes na Rede (Acesso Multiprotocolar)	-	2.000.000	35.000.000	170.000.000	645.000.000
Custo Unit. das Transações (Rede SNA) (R\$)	-	0,048	0,048	0,035	0,037
Custo Unit. Dos Minutos de Acessos (Rede SNA) (R\$)	-	0,114	0,087	0,071	0,068
Custo Unit. do Tráfego de Pacotes (Rede Multiprotocolar) (R\$)	-	36,852	2,751	0,467	0,129
Custo da Capacidade de Vazão	-	-	62.635,90	29.693,31	20.615,74

- **Porte da Rede de Comunicação**

	1996	1997	1998	1999	2000
Usuários	116.000	126.000	130.000	130.000	128.000
Municípios atendidos	500	627	700	700	822
Redes locais	150	210	520	713	921
Rede externas nacionais conectadas	208	150	200	220	220
Rede externas internacionais conectadas	2	6	6	6	6
Microcomputadores	4.865	22.050	21.889	26.727	35.846
Terminais	8.472	6.160	5.533	4.507	4.077
Impressoras	9.479	15.840	15.624	17.655	21.015
Acessos Internet simultâneos	100	3.000	12.000	50.000	90.000
Capacidade de vazão nominal (mbits)	-	-	65	122	180

### 4.3.8. ATENDIMENTO A CLIENTES

A Superintendência de Negócios e Atendimento a Clientes - SUNAC executa as atividades de atendimento a clientes do Serpro, relativas a administração de redes locais, consultoria e apoio técnico em computação pessoal, elaboração de projetos de redes locais, instalação e manutenção de software e hardware, execução de infra-estrutura elétrica e lógica, serviços de correio eletrônico e assistência aos usuários.

## PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **ADMINISTRAÇÃO DOS AMBIENTES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO:** consiste no conjunto de atividades necessárias à operacionalidade de ambientes em Rede Local e na Rede Serpro (arquitetura SNA), localizados em instalações de clientes, garantindo performance, disponibilidade dos serviços, estabilidade do ambiente e integração com outras redes.
- **E@D - ENSINO A DISTÂNCIA:** disponibiliza conhecimento a distância utilizando tecnologias de computação e comunicação via Internet, permitindo ao aluno estudar no trabalho ou em casa, de acordo com a disponibilidade de tempo e horário, a partir de conteúdos previamente elaborados pelo Serpro ou por seus clientes.
- **TREINAMENTO:** compreende as atividades de Instrutoria para capacitação de clientes/usuários em produtos e serviços de computação pessoal, rede local e aplicativos do Serpro.
- **CORREIO ELETRÔNICO:** consiste no conjunto de atividades necessárias à administração, operacionalidade e disponibilidade dos serviços de correio eletrônico, na plataforma EXCHANGE, exclusivamente para Clientes.
- **CONSULTORIA TÉCNICA:** consiste no conjunto de atividades vinculadas a consultoria em computação pessoal e redes locais, elaboração de projetos, soluções específicas para acesso à informações, acordos de parceria e participação em reuniões com clientes.
- **SUORTE TÉCNICO:** atividades de suporte tecnológico aos ambientes operacionais na plataforma cliente/servidor, em ambientes não administrados pela Sunac, em termos de hardware e software (sistemas operacionais, banco de dados, comunicação de dados, ferramentas e aplicações).
- **MANUTENÇÃO CORRETIVA:** atividades necessárias para manutenção corretiva de equipamentos de informática (hardware).
- **ADEQUAÇÃO DE INFRA-ESTRUTURA:** atividades que objetivam a disponibilização de Ponto de Conexão, envolvendo recursos para a execução de infra-estrutura elétrica e lógica objetivando a instalação de equipamentos de informática.
- **APOIO OPERACIONAL:** serviços eventuais de apoio às atividades desempenhadas pelo cliente.
- **OPERAÇÃO DE NÓ DE REDE:** atividades necessárias à operação da Rede de Comunicação Multiprotocolar, por meio de equipamentos, instrumentos e facilidades tais como: modems, roteadores, controladores de comunicação, interpretando mensagens do Monitor de Rede Netview e buscando ações preventivas e corretivas.
- **ADMINISTRAÇÃO DO CENTRO NACIONAL DE SERVIÇOS – CNS:** atividades necessárias à produção do SIEF, compreendendo administração do banco de dados, distribuição de programas e objetos, consultoria e suporte técnico.

## ATIVIDADES INOVADORAS

- sistematização do atendimento através de Padrão de Atendimento, RAC -Registro de Atendimento a Clientes e Manual do Assistente ao Usuário;
- sistematização e Gestão de ANS (melhoria na prestação de serviços); e
- instituição do E@D - Projeto de Educação à Distância que visa suprir a necessidade constante de atualização do conhecimento, aumentando a empregabilidade das pessoas.

#### 4.3.9. - GERÊNCIA DE SERVIÇOS

A Superintendência de Gerência de Serviços – SUPGS objetiva implementar ações sistematizadas de monitoração, sob o conceito de gerenciamento de serviços, visando a melhoria da qualidade dos serviços do Serpro.

#### PRINCIPAIS ATIVIDADES

- **GERÊNCIA DE SERVIÇOS:** implementa ações sistematizadas de monitoração de serviços, que permitam antecipar a detecção de falhas para reduzir o tempo de correção e permitir a mudança de visão no foco de insumos para serviços.
- **CAS - CENTRAL DE ATENDIMENTO SERPRO:** é responsável pela gestão do ambiente de atendimento (HelpDesk Remedy) e monitoração de ambientes, bem como por todas as atividades relacionadas ao atendimento aos clientes do Serpro em primeiro nível, seja em caso de dúvidas ou problemas no acesso a qualquer um de seus serviços.

#### ATIVIDADES INOVADORAS

- implantação da ferramenta de Help Desk, a partir de um Browser (Netscape ou Internet Explorer) ou pelo uso de uma parte Cliente do ARS Remedy Help Desk que, a todo chamado aberto, gera notificação automática para os gestores de problemas e solução;
- estabelecimento de prazo para o atendimento a cada pedido e, caso este prazo seja ultrapassado, é emitida uma notificação para o próximo ponto no fluxo da solução (recorrência), sinalizando que um problema ultrapassou seu prazo de solução; e
- implantação do Banco de Soluções onde os gestores de solução registram suas experiências na solução de determinadas categorias de problemas, gerando dessa forma uma base histórica de conhecimentos.

#### INDICADORES

- **Conclusividade:** volume de acionamentos que são solucionados na Central, sem necessidade de repasse para o 2º nível.

	TOTAL	SOLUÇÃO 1º NÍVEL	SOLUÇÃO 2º NÍVEL
1999	858.772	778.617	80.155
2000	556.060	497.674	58.386

#### 4.3.10. - SISTEMAS CORPORATIVOS

A Superintendência de Negócios Sistemas Corporativos – SUNSC objetiva atender com eficácia as necessidades de gestão do Serpro, via construção de soluções e produtos, disponibilizando as informações de forma integrada e transparente, intensificando o uso da tecnologia da informação.

##### PRINCIPAIS SERVIÇOS

- **PROCESSO DECISÓRIO:** sistema que controla a tramitação de Proposições de Voto para a Diretoria, incluindo análise, parecer, agendamento em pauta de reunião de Diretoria e elaboração de atas, e permite acompanhar, via Correio Notes, em tempo real, a tramitação das proposições de Voto.
- **SINAL - SISTEMÁTICA INTERNA DE ALINHAMENTO ESTRATÉGICO:** objetiva estruturar o fluxo de informações entre os superintendentes, coordenadores da UC e a Diretoria, relativo ao controle do desempenho corporativo, contemplando a avaliação de resultados do cumprimento das Políticas e Diretrizes, das Metas Empresariais do Planejamento Estratégico Anual, bem como acompanhamento das implementações das decisões da Diretoria.
- **SISCOR - SISTEMA DE EMISSÃO E CONTROLE DE CORRESPONDÊNCIA:** sistemática de gestão dos documentos oficiais internos e externos, produzidos e ou recebidos pelas as unidades do Serpro.
- **PGE - PLANEJAMENTO DE GESTÃO EMPRESARIAL:** registra os cenários internos e externos, componentes estratégicos, diretrizes, metas e indicadores empresariais, além de permitir o desdobramento das estratégias em objetivos, metas, indicadores setoriais, ações e atividades, possibilitando o monitoramento do desempenho empresarial.
- **SRH – SISTEMA DE RECURSOS HUMANOS:** apoia todo o processo de gestão de pessoas, registrando a situação do empregado desde a sua admissão até o seu desligamento, mantendo um histórico de toda a sua vida funcional na empresa. Este sistema foi remodelado e reativado para substituir o SRH-Antares. Sua plena implementação possibilitará a descentralização de atividades básicas de RH para o corpo gerencial e funcional, tais como: marcação de férias, solicitação de licenças, controle de frequência e também a redução significativa das rotinas manuais de controle de vale-transporte, tiquetes, auxílio-creche, treinamento, quadro de pessoal (visando seleção para concurso), processo de reclassificação e automação de cálculo para pensionistas.
- **INFOSERPRO:** conjunto de aplicações voltadas para a realização e controle dos orçamentos técnicos (OT) dos serviços contratados pelos clientes do Serpro, tanto externos como os internos, permitindo a administração da capacidade instalada dos insumos, capacidade negociada, apropriação de recursos, acompanhamento dos contratos e processos de faturamento. Permite ainda consultas e relatórios operacionais e gerenciais de todas etapas do processo, por meio de parâmetros fornecidos pelos usuários. Tem como benefício a disponibilização de um sistema na Web que permite a tomada de decisões estratégicas com informações atualizadas.

- **CPC – CONTROLE DE PROCESSOS E CONSULTAS:** composto pelos módulos "Contencioso" e "Consultivo", é voltado para a gestão, controle e organização da atividade de patrocínio do contencioso judicial da Empresa e da atividade de orientação jurídica dos órgãos institucionais do Serpro.
- **SISAUD - SISTEMA INTEGRADO DE AUDITORIA:** sistema de apoio de auditoria empresarial que visa atender as necessidades de informações dos procedimentos da Auditoria Geral.
- **ADPAT - CONTROLE DE PATRIMÔNIO, ESTOQUE E INVENTÁRIO:** registra e controla a movimentação de bens, controle de material de expediente e o inventário dos bens permanentes do Serpro, com sua contabilização integrada ao SIAFI.
- **SVPC – SISTEMA DE SOLICITAÇÃO DE VIAGEM E PRESTAÇÃO DE CONTAS:** sistema que permite a solicitação, aprovação e autorização de viagens em tempo real, integrado ao SIAFI e ao sistema de contas a pagar do Serpro.
- **SIARE – SISTEMA INTEGRADO DA ADMINISTRAÇÃO DA RECEITA SERPRO:** – permite o registro dos serviços executados, seu faturamento e cobrança, bem como da Receita OGU além de gerar informações para a tomada de decisões, interagindo com os sistemas internos de Custo, SIAFI e Adote.
- **INTERNET:** site do Serpro que disponibiliza à comunidade interna e externa, informações institucionais da Empresa, serviços e links a sites de clientes e parceiros.
- **INTRANET:** site corporativo do Serpro que disponibiliza os produtos e serviços para a comunidade interna.

## PROJETOS INOVADORES OU TRANSFORMADORES

- **Projeto Portal Corporativo do Serpro:** objetiva disponibilizar acesso único às aplicações e soluções, com segurança e tecnologia de ponta, possibilitando compartilhar o conhecimento da Empresa e disseminar a informação em tempo real, para atender ao Processo Serpro de Gestão do Conhecimento e da Aprendizagem Organizacional.
- **Projeto EAD:** objetiva a implantação de programas de Ensino a Distância, que potencialize o treinamento a todos os empregados do Serpro, disseminando práticas pedagógicas baseadas em princípios colaboracionistas, facilitados pelas novas tecnologias da informação, para atender a Sistemática Serpro de Ensino a Distância, com gestão da SUPGP em parceria com a SUNAC.

## 4.4. - CONSULTORIA JURÍDICA E AUDITORIA

### 4.4.1. CONSULTORIA JURÍDICA

A Consultoria Jurídica - COJUR presta serviços técnicos especializados de natureza jurídica

aos clientes internos, através de orientações, pareceres e condução de processos administrativos e judiciais nos quais o Serpro seja parte.

## PRINCIPAIS RESULTADOS

- Os resultados judiciais, no período delineado indicam que o número de decisões favoráveis ao SERPRO em 2000, em comparação com o período de 1999, apresentou um decréscimo percentual proporcional da ordem de 11%, embora as decisões judiciais favoráveis ainda predominem relevantemente.

DECISÕES	1999		2000	
	QUANT.	%	QUANT	%
FAVORÁVEIS	264	80	192	72
DESFAVORÁVEIS	34	10	29	11
PARCIALMENTE FAVORÁVEIS	31	10	44	17
<b>TOTAL</b>	<b>329</b>	<b>100</b>	<b>265</b>	<b>100</b>

- Sob o ponto de vista da gestão do contencioso judicial, a COJUR supervisiona o atendimento terceirizado das ações trabalhistas, que passaram de 3.030 processos judiciais em 1999 para 3.334 ações em 2000.

	1997	1998	1999	2000
AÇÕES TRABALHISTAS	3.240	3.001	3.030	3.334

- No ano de 2000, os níveis de segurança, na condução dos processos, foram mantidos em patamares semelhantes aos de 1999. O número de ações por advogado passou de 60,6 para 66,68.

No ano de 2000, foram formuladas à COJUR, 1.569 consultas, das quais 91% foram respondidas no prazo máximo de 30 dias e apenas 9% foram respondidas em prazo superior.

### 4.4.2. AUDITORIA GERAL

A Auditoria Geral – AUDIG/CD vinculada ao Conselho Diretor, subordinando-se, administrativamente, ao Diretor-Presidente e tem por finalidade verificar o controle interno das atividades do SERPRO, com autonomia técnica. É credenciada a visitar todos os órgãos mantenedores dos diversos controles internos, verificando “in-loco” os procedimentos destinados a alcançar os objetivos ligados à eficiência e eficácia dos resultados da gestão do SERPRO.

Soma-se ainda, as tarefas internas de realização dos exames à distância dos registros contábeis/patrimoniais do SERPRO existentes no Sistema SIAFI, dos Sistemas aplicativos de controle de patrimônio, estoques de materiais, contas a pagar/receber, recursos humanos, conciliações contábeis e bancárias, documentação dos registros financeiros, pessoal/benefícios, controles logísticos, processos de compras e contratação de serviços, complementando-se com as demonstrações financeiras anuais e inspeções anuais

no SERPROS – Fundo Multipatrocinado.

### FATOS QUE OCASIONARAM INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA E/OU PROCESSO ADMINISTRATIVO.

<b>ÓRGÃO</b>	<b>NÚMERO DOCUMENTO INSTITUIDOR</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PROCESSO NÚMERO</b>	<b>CONCLUSÃO</b>
DIRET	DS-05/2000 Vigência: 21/02 a 31/03/2000 DS-031/2000 Vigência: 01 a 30/04/2000 DS-036/2000 Vigência: 01 a 31/05/2000 DS0042/2000 Vigência: 01 a 30/06/2000 DS-048/2000 Vigência: 01 a 31/07/2000 DS-056/2000 Vigência: 01/08 a 30/09/2000 DS-072/2000 Vigência: 01/10 a 30/11/2000 DS-086/2000 Vigência: 01/12/2000 a 31/01/2001	Instituir Comissão de Sindicância para apurar a existência de: a) deficiência de segurança em processos da Empresa; b) responsabilidades, por parte de empregado(s) do SERPRO, na suposta comercialização de dados sigilosos da Secretaria da Receita Federal, relativos a contribuintes, conforme notícias veiculadas na imprensa, no período de 15 a 19/02/2000.	19863.000010/00-23	Em andamento
DIRET	DS-041/2000 Vigência: 26/05 a 25/06 DS-047/2000 Vigência: 26/06 a 15/07/2000. DS-002/2000. Vigência: 27/07 a 25/09/2000.	Designar Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, tendo como envolvido o empregado Luiz Antônio Miranda Leal, matrícula 0705279-0, sobre os fatos relatados pelo Gerente do Polo de Desenvolvimento da SUNAT/RJ, ao Consultor Jurídico, no período de 24 a 26/05/2000, conforme documento "Memória de Ocorrência Relatada".	12023.000024/00-35	Encerrado. A Comissão encerrou os trabalhos e considerou o acusado Luiz Antônio Miranda Leal culpado pela prática de cinco faltas graves, todas arroladas no Termo de Conclusão da Instrução do Processo (fls.174). Conforme julgamento do processo, foi aplicado ao empregado a penalidade de demissão por justa causa, o que foi feito em 05/10/2000.

<b>ÓRGÃO</b>	<b>NÚMERO DOCUMENTO INSTITUIDOR</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PROCESSO NÚMERO</b>	<b>CONCLUSÃO</b>
DIRET	DS-046/2000 Vigência: 12/06 a 31/07/2000. DS-057/2000. Vigência: 01 a 31/08/2000.	Apurar possíveis vazamentos de informações de dados cadastrais de Clientes do Sr. Edézio José Comarela, conforme processo nº 10783.007502/98-60 e apenso nº 11543005533/99-06, encaminhados pelo Ofício SRF/COGER/Gab nº 42/2000.	19863.000055/00-61	Encerrado. A Comissão concluiu que a aferição, o detalhamento, a busca de evidências adicionais e o prosseguimento das investigações exigem poder de polícia e de competência que extrapolam os limites da presente sindicância. Sugeriu a busca de auxílio policial, já que se trata de crime (indício de vazamento de dados) e que os elementos constantes do processo não foram suficientes para atribuir responsabilidade a qualquer dos empregados do SERPRO direta ou indiretamente ligados às atividades condizentes com o provável vazamento de informações dos Bancos de Dados da SRF, operados pelo SERPRO. O Diretor-Presidente encaminhou ao Corregedor-Geral – COGER/Secretaria da Receita Federal, Sr. José Oleskpvoz, o Relatório da Comissão, mediante Ofício: DIRET-025652/2000, de 11/12/2000.
DIRET	DS-040/2000 Vigência: 24/05 a 15/07/2000. DS-053/2000 Vigência: 17/07 a 13/08/2000. DS-061/2000. Vigência: 14/08 a 23/08/2000	Apurar responsabilidades pelo funcionamento irregular do Sistema SRH-Antares.	19863.000049/00-69	Em andamento. Processo concluído pela Comissão na data prevista e enviou ao Diretor Carlos Luiz para julgamento. Este o fez e encaminhou ao Diretor Portugal para providências de rescisão contratual e outras recomendações. O processo encontra-se na COJUR para providenciar os termos da rescisão e ressarcimento. Aguardando encaminhamento para AUDIG.
DIRET	DS-058/2000 Vigência: 26/07 a 26/08/2000. DS-065/2000. Vigência: 28/08 a 25/09/2000. DS-073/2000. Vigência: 26/09 a 25/10/2000. DS-084/2000. Vigência: 26/10 a 24/11/2000. DS-088/2000. Vigência: 25/11 a 04/12/2000.	Apurar fatos e responsabilidades relativos à Confissão de Dívidas, indicadas nos Memorandos 6486, 9045, 11386 e 11387/2000.	19863.000063/00-90	Encerrado. A Comissão diante dos documentos processuais e daqueles decorrentes dos depoimentos dos empregados, não constatou elementos que viessem a registrar desídia ou irresponsabilidade na execução das atividades cometidas, nem tão pouco detectou prejuízos que tenham sido causados a Empresa. Entretanto fez recomendações aos Gestores de Contrato, à SUPGL e a COJUR. O Diretor-Superintendente ratificou as conclusões e as recomendações do Relatório Final da Comissão de Sindicância.

ÓRGÃO	NÚMERO DOCUMENTO INSTITUIDOR	OBJETIVO	PROCESSO NÚMERO	CONCLUSÃO
DIRET	DS-071/2000 Vigência: 21/09 a 21/10/2000. DS-013/2000 Vigência: 12/12 a 11/11/2000.	Apurar e analisar dados de contratos de receita referentes a clientes externos da Superintendência de Negócios Serviços Especiais (SUNSE).	19863.000065/00-15	Em andamento. A Comissão concluiu o seu trabalho na data prevista e entregou ao Diretor Presidente. O Diretor Presidente instituiu Comissão de Sindicância para reabertura do presente processo, mediante DS-013/2000, em 12/12/2000.
DIRET	DS-087/2000 Vigência: 21/11 a 20/12/2000.	Apurar os fatos relacionados à denúncia formulada pelo empregado Alfredo Alencastro, matrícula 1201816-3, em carta de 02/10/2000.	19863.000074/00-14	Em andamento.
SUPGL	DS-08/99 Vigência: 08/06 a 08/07/99 DS-12/99 Vigência: 09/07 a 27/08/99	Apurar os fatos citados no Relatório de Auditoria Especial-PAAAI/99-memorando AUDIG/CD nº049/1999, de 01/06/1999. (Denúncia na ADBLM sobre irregularidade no transporte de bens de empregados transferidos)	19863.000162/99-66	Encerrado. O processo foi levado a julgamento de recurso hierárquico, que revogou a sanção disciplinar aplicada ao empregado envolvido.
SUPRH  SUPGP	DS- 001/97 Vigência: 30/04 a 30/05/97 DS-007/2000 Vigência:29/05 a 15/07/2000. DS – 013/2000. Vigência: 16/07 a 15/08/2000. DS-016/2000. Vigência: 16/08 a 15/09/2000.(ca nc.) DS-017/2000. Vigência: 16/09 <sup>a</sup> a 15/10/2000.	Apurar denúncia sobre inclusão indevida de pessoas no “Programa de Desligamento Voluntário – Gerencial – PDVG”. Dar andamento no processo nº 19863.000193/97-28, restaurado em conformidade com o parecer COJUR/DIRET nº 023/1999 (proposta de estratégia preferencial)	19863.00193/97-28 19863.000025/00-09	Encerrado. O processo encontrava-se extraviado, aguardando remessa pela SUPGP à AUDIG/CD. A SUPGP, através da DS-003/2000, de 05/04/2000, instituiu comissão para restauração de Autos pelo Processo 19863.000025/00-9, com vigência de 05/04 a 20/05/2000. O processo foi restaurado, dando, portanto continuidade do processo de sindicância 19863.00193/97-28. O processo foi encerrado em 11/10/2000 pela Comissão, sem apontar qualquer medida judicial ou disciplinar. No julgamento do Processo o SUPGP, acatou os argumentos apresentados pela Comissão e julgou pelo arquivamento do processo, encaminhando para a AUDIG. A Auditoria Geral entendeu que o assunto deveria ser levado à Diretoria, tendo em vista que o erário foi lesado devido o valor recebido indevidamente pelo ex-empregado e que após o pronunciamento da Diretoria, que o processo voltasse para a AUDIG. O Diretor, após exame dos autos e informações complementares feitas pela SUPGP (fl. 576) acatou a decisão do julgamento pelo arquivamento do processo (fl.573/574).

<b>ÓRGÃO</b>	<b>NÚMERO DOCUMENTO INSTITUIDOR</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PROCESSO NÚMERO</b>	<b>CONCLUSÃO</b>
SUPGP	DS – 05/99 Vigência: 25/08 a 24/09/99	Institui comissão de Processo Administrativo Disciplinar com base no Inquérito Administrativo instaurado pela DRF- Cuiabá /MT sob o n.º10183.003764/97-33, envolvendo os empregados Neuza Maria de Figueiredo Barros e Gilmar Rodrigues da Silva.	19863.000200/99-53	Encerrado. Foi imputado ao empregado Gilmar Rodrigues da Silva, a penalidade de Demissão por Justa Causa, conforme Doc. SUPGP/757/2000, de 13/01/2000 e Termo de Rescisão de Contrato homologado em 28/01/2000. A empregada Neuza Maria sofreu a penalidade de suspensão de 10 dias, conforme Doc. De 29/11/1999, da GPGE/GPGES/SUPGP.
SUPGP	DS-019/2000 Vigência: 29/09 a 28/10/2000 DS-020/2000 Vigência: 29/10 a 28/11/2000 DS-022/2000 Vigência: 29/11 a 28/12/2000	Institui Comissão de Processo Administrativo Disciplinar com base no Processo de Sindicância nº 10120.001629/98-79 instaurado pela Delegacia da Receita Federal em Anápolis - GO, onde está apresentado o empregado GERALDO MAGELA ROCHA SILVA, MATRÍCULA nº 0102654-2.	19863.000066/00-88	Em andamento.
SUPGP	DS-09/2000. Vigência: 19/06 a 19/07/2000 DS-014/2000. Vigência: 20/07 a 19/08/2000.	Apurar fatos ocorridos no processo rescisório do ex-empregado João Torraca, matrícula 1201060-0, com base no parecer COJUR/DP nº 0515/2000, de 29/05/2000.	19863.00053/00-36	Encerrado. Foi constatado erro no cálculo da rescisão contratual do ex-empregado no valor de R\$45.678,02 – devolução do incentivo ao PDV e R\$4.600,66 - FGTS. Foi solicitado ao ex-empregado o ressarcimento e o mesmo recusou a devolver. Face a isso, a Empresa encaminhou à COJUR para proposição de ação judicial, o que foi feito em 29/08/2000.
SUPGP	DS-021/2000. Vigência: 29/11 a 20/12/2000. DS-023/2000. Vigência: 21/12/2000a 19/01/2001.	Apurar fatos ocorridos com a alteração de jornada da empregada Soraya Chistina de Sá Cabral – matrícula 1200988-1.	19863.000073/00-43	Em andamento.
SUPGF	DS – 005/99 Vigência: 29/11 a 29/12/99	Institui Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para definir ações necessárias e provenientes dos fatos apurados pela Comissão de Sindicância instituída pela DS – SUPGF, n.º04/99, a qual analisou os registros de frequência do empregado José Amâncio Borges – matrícula n.º 07112408, lotado na GFACO/GFOPE/SUPGF, face ao exposto na nota enviada por sua chefia, em 10/11/99.	19863.000257/99-71 19863.000265/99-07	Encerrado. O empregado sofreu a Aplicação da Penalidade Disciplinar de Suspensão, pelo prazo de 10 (dez) dias, conforme Memo DIRET-001/2000, de 16/02/2000.

<b>ÓRGÃO</b>	<b>NÚMERO DOCUMENTO INSTITUIDOR</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PROCESSO NÚMERO</b>	<b>CONCLUSÃO</b>
SUPGF	DS-02/2000 Vigência: 01/08 a 02/10/2000	Instituir Comissão de Sindicância para apurar os fatos ocorridos durante o processo de fiscalização do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Prefeitura Municipal da cidade do Rio de Janeiro – Processo iniciado em 22/11/1999, por meio do termo de início de fiscalização nº 27153.	19863.000064/00-52	Encerrado. A comissão concluiu que as irregularidades apuradas decorreram da estrutura dos procedimentos e processos adotados pela Empresa naquele período, dando conseqüência a práticas deficientes na contratação de receitas, no comando do faturamento, na emissão e preenchimento do documento fiscal e por decorrência, no próprio pagamento “a posteriori” dos valores relativos ao ISSQN, sem o conhecimento específico da legislação tributária municipal e da forma correta de aplicação da UFIR, e que em nenhum momento ficou evidenciado qualquer indício que levasse a concluir pela hipótese de má-fé ou desinteresse dos empregados no exercício de seus deveres e fez 06 (seis) recomendações a respeito do assunto. No julgamento do processo, o SUPGF determinou ao GFGEF/SUPGF rigor no cumprimento das recomendações.
SUNAT	DS-52/2000 Vigência: 07/04 a 07/06/2000	Instituir Comissão para proceder à apuração de extravio de bem patrimonial Notebook, nº patrimônio 1355016, sob a responsabilidade da SUNAT.,	19863.000023/00-75	Em andamento. O processo encontra-se em fase de homologação pelo SUPGL.  Aguardando encaminhamento para AUDIG.
SUNAT	DS-057/2000. Vigência: 31/07 a 31/08/2000.	Instituir Comissão para proceder a apuração dos fatos e responsabilidades pela ocorrência de erros no processamento do lote 3 do IRPF2000.	12023.000059/00-10	Encerrado. No julgamento do Processo a autoridade competente (Superintendente da SUNAT) não atribuiu responsabilidade pessoal em face dos esclarecimentos dos fatos, mas determinou ao Chefe do Polo do Desenvolvimento Rio de Janeiro, a implementação no prazo de 60 dias, das sugestões da Comissão de Sindicância, instituindo a Decisão Setorial nº 066/2000, para esse fim.
SUNAT	DS- 058/2000. Vigência: 31/07 a 31/08/2000. DS-063/2000. Vigência: 01/09 a 10/09/2000.	Instituir Comissão para proceder a apuração dos fatos e responsabilidades pela ocorrência de erros no processamento do Sistema DIRPJ Inativas.	12023.000054/00-04	Encerrado. No julgamento do Processo a autoridade competente (Superintendente da SUNAT) não atribuiu responsabilidade pessoal em face dos esclarecimentos dos fatos, mas determinou ao Chefe do Polo do Desenvolvimento Rio de Janeiro, a implementação no prazo de 60 dias, das sugestões da Comissão de Sindicância, instituindo a Decisão Setorial nº 070/2000, para esse fim.

<b>ÓRGÃO</b>	<b>NÚMERO DOCUMENTO INSTITUIDOR</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PROCESSO NÚMERO</b>	<b>CONCLUSÃO</b>
SUNAT	DS-059/2000. Vigência: 31/07 a 31/08/2000. DS-064/2000. Vigência: 01 a 10/09/2000.	Instituir Comissão para proceder à apuração dos fatos e responsabilidades pela ocorrência de erros na distribuição indevida de repasses de receita à Estados, Municípios e outras Instituições.	12023.000061/00-61	Encerrado. No julgamento do Processo a autoridade competente (Superintendente da SUNAT) atribuiu ao empregado Orlando Rodrigues Macedo Filho a penalidade de "Advertência". Foi dado ao empregado o prazo de 10 dias úteis para oferecer defesa. O Superintendente instituiu a Decisão Setorial nº 071/2000, com o objetivo de criar grupo de trabalho para implementar as recomendações formuladas pela Comissão de Sindicância.
SUPST	DS-004/2000. Vigência: 07/11 a 07/12/2000. DS-005/2000. Vigência: 08/12 a 15/12/2000.	Instituir Comissão para apurar os fatos relacionados às irregularidades nas configurações dos microcomputadores da Sede SERPRO, armazenadas no laboratório da Superintendência de Serviços Técnicos – SUPST, conforme relatório elaborado pela chefia de Divisão de Atendimento Técnico da Sede, STSAS/STDGN/SUPST.	12014.000141/00-15	Em andamento.
GLBSA	DS – 017/99 Vigência: 01/07 a 30/07/99 DS – 018/99 Vigência: 05/07 a 30/07/99 DS – 020/99 Vigência: 30/08 a 13/10/99 DS – 022/99 Vigência: 14/10 a 12/12/99	Apurar responsabilidades e possíveis irregularidades quanto ao alto nível de consumo de cartuchos, jato de tintas estocados no almoxarifado da Regional Brasília, no ano de 1998.	12014.000061/99-65	Encerrado. No julgamento do processo o chefe de Departamento Regional da Gestão Logística de Brasília (GLBSA/SUPGL) concluiu determinando que: a) O responsável pelo Sistema SIADS promova a alteração do mesmo, de forma que toda a solicitação feita fique registrada de forma histórica; b) Que se faça o registro no Sistema SIADS, a distinção das Requisições de Material para uso interno do SERPRO, para as efetuadas pelo usuário externo, com o devido rigor; c) Que a gerência responsável pelo almoxarifado administre com maior eficiência; d) Que as requisições sejam feitas somente por empregados do SERPRO; e) Que seja indeferida qualquer requisição que tenha como solicitante empresa contratada pelo SERPRO; f) Que seja introduzida a sistemática de entrega de cartuchos mediante a devolução dos vazios; e, g) Que seja introduzida a sistemática de avaliação mensal das requisições de cartuchos.

<b>ÓRGÃO</b>	<b>NÚMERO DOCUMENTO INSTITUIDOR</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PROCESSO NÚMERO</b>	<b>CONCLUSÃO</b>
ACBSA	DS-01/2000. Vigência:26/06 a 06/10/2000. DS-024/2000. Vigência:07/10 a 16/11/2000	Apurar fatos citados no Boletim de Ocorrência 6566/2000, de um furto de um notebook, marca Itautec, patrimônio nº 1.231.258, nas dependências do Escritório SERPRO, situado à rua Comandante Costa nº 980, em Cuiabá – MT, conforme os termos de denúncia oferecida por Eumenes Modesto Rondon.	12014.000067/00-57	Em andamento.
GLBLM	DS-016/99 Vigência: 12/05 a 28/05/99 DS-017/99 Vigência: 29/05 a 07/06/99 DS-018/99 Vigência: 11/06 a 17/06/99 DS-019/99 Vigência: 02/08 a 31/08/99	Apurar o furto de 24 caixas de papel A-4 – Marca Report, que encontravam-se estocadas no Almoarifado da Regional Belém, conforme os termos de denúncia oferecida por Célia Maria Flexa de Oliveira Pantoja, através do memorando GLACO/GLBLM-504/1999, de 10/05/1999.	19864.00013/99-14	Encerrado. Com a orientação da COJUR, foi comandado ao órgão financeiro para efetuar o desconto na fatura do Contratado, a título de ressarcimento. Foi efetuado o desconto no valor de R\$3.698,92 sobre a NF 781 da Empresa Castegel Castanhal Segurança Ltda., relativo a 628 resmas de papel A-4. Em seguida foi efetivado o acerto no saldo do almoarifado através da NL-900105.
GLBLM	DS-08/2000. Vigência:24/05 a 23/06/2000. DS-09/2000. Vigência: 24 a 30/06/2000.	Apurar as irregularidades relatadas no Relatório anexo ao Ofício 182 GAB/SRRF/2ª RF, de 22/05/2000, que coloca à disposição do SERPRO o empregado SOAP – Carlos Eduardo Silva de Oliveira, matrícula 0202304-0, lotado na Delegacia da Receita Federal de Belém.	19864.000020/00-95	Encerrado. A Comissão encerrou os trabalhos, indicando aplicação de penalidade de Justa Causa. O processo está na fase de defesa pelo empregado. Terminado o prazo de defesa sem que houvesse apresentação da mesma pelo o empregado, foi rescindido de imediato o seu contrato, com a ciência do mesmo em 26/07/2000.
GLBLM	DS-12/2000 Vigência: 24/11 a 21/12/2000	Apurar causas e responsabilidades sobre extravio de Bens Patrimoniais não localizados após a conclusão do Inventário Patrimonial Regional, realizado no período de 16/10 a 22/11/2000, conforme Relatório do ADPAT – Bens não Localizados.	19864.000065/00-23	Em andamento.
GLFLA	DS-10/99 Vigência: 02/08 a 10/08/99	Apurar responsabilidades pelo extravio do bem patrimonial n.º 1257760-CPU microcomputador conforme informado pelo STFLA/SUPST, Notes de 29/07/99.	19865.000013/99-22	Encerrado. O bem foi recuperado, faltando 1 pente de memória de 16 Mb, 72 vias sem paridade e 01 disco rígido HD de 3,26b Fujitsu, os quais serão ressarcidos pela Empresa de Vigilância, uma vez que foi comprovada a falha da segurança no fato ocorrido. A Empresa de Vigilância LOCABRÁS ressarciu ao SERPRO o bem patrimonial, conforme Ordem de Compra nº 356.
GLFLA	DS-004/2000 Vigência:28/01 a 10/03/2000	Apurar responsabilidade pelo extravio de 9 (nove) bens patrimoniais do SERPRO – Regional Fortaleza, constantes do inventário realizado em outubro de 1999, conforme Memorando GLACO/SUPGL nº001288/2000.	19865.000002/00-11	Encerrado. Os bens foram localizados, conforme memorando ACFLA/SUNAC-003136/2000, de 09/03/2000.

<b>ÓRGÃO</b>	<b>NÚMERO DOCUMENTO INSTITUIDOR</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PROCESSO NÚMERO</b>	<b>CONCLUSÃO</b>
GLRCE	DS-017/99 Vigência: 07/10 a 07/12/1888.	Apurar causas e responsabilidades sobre a ocorrência de adulteração de equipamentos do SERPRO cedido a DFC/PE, no Rio Grande do Norte, conforme foi relatado no Ofício ACNTL nº 126/1999, de 06/10/1999.	19866.000084/99-89	Encerrado. Diante da conclusão da Comissão de Sindicância, a autoridade local (GLRCE) julgou quanto a impossibilidade de apontar responsáveis da ocorrência, não podendo, assim, aplicar penalidades administrativas ao caso.
GLRCE	DS-004/2000 Vigência: 05/04 a 04/05/2000 DS-005/2000 Vigência: 05/05 a 19/05/2000. DS-008/2000. Vigência: 20/05 a 03/06/2000.	Apurar causas e responsabilidades sobre o desaparecimento de Notebook – Patrimônio nº 126.9891, pertencente a RERCE e Notebook – Patrimônio nº 123.1109, pertencente à SUNAC – Regional Recife.	19866.000025/00-25	Em andamento. O Processo está em fase de homologação pela SUPGL, encaminhado através do Memo. GLRCE/SUPGL 010246/2000, de 28/06/200. Aguardando encaminhamento do processo para AUDIG.
GLRCE	DS-009/2000. Vigência: 04/09 a 03/10.2000.	Apurar causas e responsabilidades sobre extravio de Bens Patrimoniais não localizados após a conclusão do Inventário Patrimonial realizado em 26/06/2000 a 31/08/2000.	19866.000057/00-11	Encerrado. A Comissão de Sindicância designada localizou os 21 (vinte e um) bens não localizados no inventário patrimonial realizado no período de 26/06 a 31/08/2000.
GLRCE	DS-010/2000. Vigência: 19 a 29/09/2000. DS-011/2000 Vigência: 30/09 a 09/10/2000	Apurar causas e responsabilidades sobre irregularidade na inscrição de funcionários no Processo de Reclassificação do SERPRO Regional Recife.	19866.000059/00-47	Encerrado. A Comissão concluiu que houve falhas no processo de reclassificação - equívoco quanto as orientações recebidas referentes aos prazos, com risco de deixar os empregados envolvidos excluídos do processo - e que não houve inclusão indevida de empregados. Diante da conclusão da Comissão de Sindicância, a autoridade local (GLRCE) julgou pelo encerramento do processo, sendo o julgamento acatado pela SUPGL/DIRET e SUPGP/DIRET.
GLRCE	DS-012/2000. Vigência: 05/10 a 03/11/2000. DS-015/2000. Vigência: 04/11 a 03/12/2000. DS-018/2000. Vigência: 04/12/2000 a 02/01/2001.	Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apuração de responsabilidade sobre irregularidade praticada por empregado do SERPRO na utilização de Sistemas da SRF-PE, imputada ao funcionário Geraldo José dos Santos Filho, matrícula 0816725-7.	19866.000070/00-80	Em andamento. O empregado encontra-se em Licença Médica desde 05/10/2000, sem previsão de alta.
GLRCE	DS-014/2000. Vigência: 16/10 a 14/12/2000. DS-017/2000. Vigência: 20/11/2000 a 14/01/2001.	Apurar responsabilidade sobre irregularidade praticada por empregado do SERPRO na utilização dos Sistemas de Informatização da SRF-PE, onde procedeu alterações e inscrições indevidas no Cadastro de Pessoa Física da SRF, conforme Processo SRF 10480006655/00-27, imputadas à funcionária Inésia Maria de Lucena Andrade, Matrícula 0403634-4 – SOAP/DRF/Recife.	19866.000073/00-78	Em andamento. A empregada encontra-se em Licença Médica desde 28/11/2000, sem previsão de retorno.

<b>ÓRGÃO</b>	<b>NÚMERO DOCUMENTO INSTITUIDOR</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PROCESSO NÚMERO</b>	<b>CONCLUSÃO</b>
GLRCE	DS-019/2000. Vigência: 11/12 a 28/12/2000 DS-023/2000. Vigência: 29/12.2000 a 12/01/2001.	Apurar as causas e responsabilidades sobre o extravio do "Bens Patrimoniais não localizados" após a conclusão do Inventário Patrimonial realizado de 16/10/200 a 21/11/2000.	19866.000097/00-36	Em andamento.
GLSDR	DS - 012/99 Vigência: 27/09 a 27/11/99	Apurar responsabilidades pelo desaparecimento do bem patrimonial NOTEBOOK, nº patrimônio 0001355005, sob a responsabilidade do empregado Antônio José Pereira Santos, mat. 0502905-8, conforme comunicado pelo Notes de 20/09/99, da SUNAC.	19867.000052/99-09	Encerrado. O SUPGL isentou o empregado Antônio José Pereira Santos conforme Memorando SUPGL-002049/2000, de 14/02/2000, determinando a baixa do bem.
GLBHE	DS - 13/99 Vigência: 23/06 a 22/07/99 DS - 14/99 Vigência: 24/07 a 22/08/99	Apurar responsabilidades sobre bens relacionados como não localizados no laudo de inventário patrimonial de abril de 1999.	19868.000036/99-52	Encerrado. A comissão concluiu suas atividades indicando o ressarcimento dos 05 bens não localizados. Os bens foram repostos, embasados na NF 6220.00.03.
GLRJO	DS- 012/1999 Vigência: 12/05 a 12/07/99 DS-045/1999 Vigência: 26/11/1999 a 12/02/2000. DS-004/2000. Vigência: 13/02/200 a 11/05/2000. DS-008/2000. Vigência: 12/05/2000 a 10/07/2000. DS-015/2000. Vigência: 11/07/2000 a 25/11/2000.	Apurar, de forma sigilosa, os fatos relatados no memorando no COJUR/ DIRET -163/1999, de 12/03/99, e seus anexos, que fazem parte integrante do processo n.º 12023.0034/99-83, de 11/05/99. Assunto: Deserção na propositura do recurso ordinário do processo de execução RT-1951/91 1ª JCJ/Vitória ( SINDPD/ES X Serpro)	12023.000034/99-83	Em andamento. Os trabalhos da Comissão de Sindicância foram encerrados e o processo foi encaminhado à COJUR para análise dos resultados. Os trabalhos da Comissão foram reabertos, em novembro/99, face a COJUR entender a necessidade de melhor apurar os fatos.
ATRJO	DS- 001/99 Vigência: 29/07 a 11/11/99	Apurar os fatos e responsabilidades que levaram o ex- empregado Murilo Silveira a não usufruir os dias de férias, na época devida, conforme determinação do memorando GPDES/ SUPGP- 432/1999, de 16/07/99.	12023.000080/99-09	Em andamento. O Processo está em fase de homologação pelo SUPGP. O processo retornou para a GLRJO/SUPGL, em razão da COJUR Ter feito alguns questionamentos e devolveu à Comissão para os devidos esclarecimentos. A Comissão informou que estará concluindo os trabalhos até 13/12/2000.

ÓRGÃO	NÚMERO DOCUMENTO INSTITUIDOR	OBJETIVO	PROCESSO NÚMERO	CONCLUSÃO
ATRJO	DS- 002/99 Vigência: 23/08 a 11/11/99	Apurar de forma sigilosa o desaparecimento de 04 equipamentos de PD, não localizados no inventário de abril/99.	12023.000076/99-23	Encerrado. Três equipamentos foram localizados, 01 integra a Sindicância do processo nº 12023.000051/99-01 que a Comissão encerrou os trabalhos e concluiu que a impressora foi roubada, sem definir responsabilidades. O GLRJO enviou o assunto à Polícia Federal, através do Ofício GLRJO/SUPGL nº 816/1999, de 18/11/99 para apuração do mesmo.
FIRIO	DS-073/94	Apurar responsabilidade pela não localização de bens patrimoniais nos inventários de abril/1994 e inventários anteriores, no total de 1.277 bens.	0337/94	Encerrado. Foi autorizada, pelo Diretor de Administração, a baixa de 11 equipamentos (micro ILHA) pelo Diretor através do processo 187/95. Aguarda-se apenas a baixa dos bens no Sistema de Patrimônio, o que ainda não ocorreu por problemas no sistema. Os equipamentos já foram baixados no sistema.
ACRJO	DS- 001/99 Vigência: 13/09 a 13/10/99 DS- 002/99 Vigência: 14/10 a 14/11/99	Apurar de forma sigilosa o desaparecimento de 147 equipamentos de PD, não localizados no inventário de abril/99	12023.000074/99-06	Encerrado. Trabalhos da Comissão foram encerrados com a não localização de 01 bem. Foi feito pela SUPGL ampla pesquisa de mercado e constatou-se que o menor equipamento encontrado no mercado, pelo valor de R\$380,00), é cerca de 8 a 10 vezes superior ao bem em questão e que não há forma de se determinar, concretamente, o valor de mercado, ratificando e justificando assim, o ressarcimento pelo valor residual efetuado em 11/07/2000.
ACRJO	DS- 002/2000 Vigência: 16/10 a 16/11/2000.	Apurar de forma sigilosa, o desaparecimento de um Micro Notebook, patrimônio nº 1320542, conforme memorando ACRJO/SUNAC-012704/2000.	12023.000100/00-11	Em andamento.
GLRJO	DS - 011/2000. Vigência: 21/06 a 14/07/2000. DS – 016/2000 Vigência: 15/07 a 15/08/2000. DS-019/2000. Vigência: 16 a 31/08/2000.	Apurar de forma sigilosa, o quantitativo de vales refeições e alimentação em poder do GLGEP/GLRJO, tomando por base o mapa de estoque fornecido por aquela Gerência, referente ao período de 01/01/2000 a 31/05/2000.;	12023.000027/00-23	Encerrado. Após depuração minuciosa dos documentos, a Comissão entendeu que a existência de uma possível diferença, foi fruto de uma análise contábil distorcida, causada por um estoque formado com tíquetes recebidos de empregados para troca junto ao fornecedor. Em suma, não há diferença. A Comissão fez 07 (sete) sugestões ao GLRJO/SUPGL, com o intuito de eliminar qualquer possibilidade de erro doravante.

<b>ÓRGÃO</b>	<b>NÚMERO DOCUMENTO INSTITUIDOR</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PROCESSO NÚMERO</b>	<b>CONCLUSÃO</b>
GLRJO	DS-018/2000 Vigência: 16/08 a 06/09/2000. DS-022/2000. Vigência: 07/09 a 25/09/2000.	Proceder diligência para encontrar os Bens Patrimoniais não localizados no inventário de 2000, conforme relatório anexo e, caso não tenha sucesso nesta fase, apurar responsabilidade pelo desaparecimento dos mesmos, de acordo com as Normas Funcionais 6220.00.03 e 1000.00.01.	12023.000069/00-73	Encerrado. A Comissão de Licitação designada localizou os 72 (setenta e dois) bens não localizados no Inventário Patrimonial de 2000.
GLRJO	DS-20/2000 Vigência: 18/08 a 30/09/2000.	Apurar de forma sigilosa os fatos relativos à suspensão de benefício de acidente de trabalho, pelo INSS, do empregado José Carlos de Faria, matrícula 0706641-4, ocorrida em 01/07/1995.	12023.000066/00-85	Em andamento. Os trabalhos da Comissão foram encerrados no prazo definido na DS. Encontra-se em fase de homologação do Gerente Regional.
GLRJO	DS-021/2000. Vigência: 06/09 a 05/10/2000. DS-023/2000. Vigência: 06/10 a 05/12/2000	Processo Administrativo Disciplinar – Analisar os fatos apontados no Memo. GLGEP/GLRJO/SUPGL - 013465/2000, de 04/08/2000 e indicar as irregularidades funcionais imputadas ao empregado ISOMAR MACIEL DAMACENA, matrícula 0704991-9.	12023.000076/00-39	Em andamento. Os trabalhos da Comissão foram encerrados no prazo definido na DS. O processo encontra-se em fase de homologação pelo SUPGP.
GLRJO	DS-026/2000. Vigência: 08/12 a 21/12/2000.	Proceder diligências para apurar os Bens Patrimoniais não localizados no inventário de 2000 e caso não tenha sucesso nesta fase, apurar responsabilidade pelo desaparecimento dos mesmos de acordo com as Normas Funcionais 6220.00.03 e 1000.00.01.	12023.000120/00-29	Em andamento.
ADSP0	DS-021/98 Vigência: 01 a 30/09/98.	Apurar os fatos referentes a procedimento irregular que versa sobre o empregado Irineu Antônio Cazalei – matrícula 0818255-8.	12032.000077/98-04	Encerrado. Processo Administrativo Disciplinar resultou na demissão por justa causa. O empregado entrou com recurso em 26/04/99, sendo-lhe negado provimento. A Empresa efetuou depósito em juízo, na Justiça do Trabalho – 2ª Região, conforme Proc. 2273/99.
GLSPO	DS – 015/99 Vigência: 20/09 a 31/10/99 DS – 019/99 Vigência: 11/12/99 a 11/01/00	Institui Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com base no MEMO/GAB/DRF/SP/ nº 987, de 17/09/99, que coloca à disposição do SERPRO a empregada SOAP Margarete Camilo da Cruz – matrícula nº 0821862-5. Analisar fatos, apurar responsabilidades e irregularidades com relação ao disposto no Auto de Prisão em Flagrante e do IPL nº 1700/99 e os Autos de Apresentação e Apreensão.	12032.000078/99-40	Encerrado. Empregada demitida, em 27/01/2000, por justa causa, homologado perante o MTb, em 12/04/2000.

<b>ÓRGÃO</b>	<b>NÚMERO DOCUMENTO INSTITUIDOR</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>PROCESSO NÚMERO</b>	<b>CONCLUSÃO</b>
GLSPO	DS-012/2000. Vigência: 07/08 a 06/09/2000. DS-014/2000 Vigência: 07/09 a 25/09/2000 (Cancela a DS-012)	Apurar os fatos e responsabilidades conforme nota GLSPO/SUPGL, de 04/08/2000 – relativo ao desaparecimento de 309 bens, conforme Laudo da Comissão de Inventário Patrimonial.	12032.000063/00-88	Encerrado. Todos os bens foram localizados conforme Relatório Final da Comissão de Sindicância. Diante dos obstáculos detectados para localização dos bens, a Comissão de Sindicância elaborou várias recomendações onde o Gerente regional determinou às áreas envolvidas, a implementação das ações sugeridas pela comissão.
GLPAE	DS – 002/00 Vigência: 07/01 a 29/02/00	Apurar as causas e responsabilidades pelo extravio de bens patrimoniais, não localizados por ocasião do inventário patrimonial de outubro/1999, conforme relatório do SIADS - BENS NÃO LOCALIZADOS.	19871.000002/00-88	Encerrado. Os bens foram localizado, conforme Memo. GLPAE/SUPGL-008019/2000, de 29/05/2000..

#### **4.4.2.2. – ATENDIMENTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (T.C.U.).**

##### **a) Ofício SERPRO GABDP nº 2123/2000, de 14/02/2000.**

Enviou à Equipe de Auditoria da Secretaria de Controle Externo da 8ª SECEX/T.C.U., os esclarecimentos solicitados mediante “Solicitação nº 006/99”, de 08/02/2000, sobre alguns pontos dos processos/contratos firmados entre o SERPRO com os seguintes fornecedores: a) CONSIST Consultoria, Sistemas e Representações Ltda – Contrato nº 28.845, Processo nº 547/97; b) VOGA Consultoria e Informática Ltda – Contrato nº 29.091, Processo nº 695/97; c) TBA Informática Ltda – Contrato nº 28.512, Processo nº 253/97; d) Padrão IX Informática e Sistemas Abertos Ltda – Contrato nº 28.331, Processo nº 384/97; e e) MCG Qualidade em Sistemas Ltda – Contrato nº 26.194, Processo nº DIVAD 126/95.

##### **b) Ofício SERPRO CD/AUDIG nº 3873/2000, de 22/03/2000.**

Enviou à Equipe de Auditoria da Secretaria de Controle Externo da 8ª SECEX/T.C.U., conforme “Solicitação nº 011/2000, cópia dos comprovantes (detalhamento/descrição dos serviços executados evidenciando os controles existentes) relativos à nota fiscal nº 667, de 04/12/1998, do fornecedor Padrão IX Informática e Sistemas Abertos Ltda, referente ao Contrato firmado com o SERPRO nº 28331, Processo 384/97-26.

##### **c) Ofício 8ª SECEX/T.C.U. nº 102/2000, de 28/04/2000.**

Encaminha ao Diretor-Presidente do SERPRO para conhecimento e cumprimento dos subitens 8.1 e 8.2, da Decisão nº 239/2000, proferido pelo citado Tribunal, na Sessão Plenária de 05/04/2000 – Processo TC nº 925.332/98-4, bem como do Relatório e Voto que a fundamentaram.

O assunto foi submetido à Consultoria Jurídica, conforme despacho DIRET nº 006273/2000-02, de 04 e 09/05/2000.

**d) Ofício 8ª SECEX/T.C.U. nº 126/2000, de 12/05/2000.**

Solicita ao SERPRO informações sobre os motivos para não adoção das medidas cabíveis, em cumprimento a IN-TCU nº 28/99, de 05/05/1999, que estabelece regras para implementação e funcionamento do *site* do SERPRO relativo aos dados e informações sobre compras, contratos e seus aditivos para serem acessados por meio de *link* disponível na *homepage* Contas Públicas do T.C.U.

O SERPRO através do Ofício DIRET – 008035/2000, de 29/05/2000, prestou os esclarecimentos necessários.

**e) Ofício 8ª SECEX/T.C.U. nº 175/176/177/178 e 179/2000, de 06/06/2000**

Recebeu a Notificação/Rejeição de Defesa – Processo TC-018.932/1995-9, endereçado ao Diretor Presidente Sérgio de Otero Ribeiro, e Diretores Carlos Luiz Moreira de Oliveira, Artur Nunes de Oliveira Filho, Wolney Mendes Martins e Raimundo Nonato da Costa, respectivamente, relativo a decisão do T.C.U., com fulcro no art. 12, parágrafo 1º, e 22, parágrafo único da Lei nº 8.443/92, c/c o art. 153, parágrafo 2º do Regimento Interno do T.C.U., de rejeitar as alegações de defesa referente aos débitos decorrentes de Excesso de Remuneração percebidos em desacordo com a legislação vigente à época.

Através do OFÍCIO DP- 009253/2000, de 14/06/2000, foi dado o “ciente” nos citados ofícios e enviado ao Secretário de Controle – 8ª SECEX-T.C.U.

Foi encaminhado à da 8ª SECEX – T.C.U., pelo Diretor-Presidente e pelos Diretores notificados pelos citados Ofícios, o Recurso de Reconsideração ao Ministro Presidente da 1ª Câmara do Tribunal de Contas da União, relativo a Notificação/Rejeição de Defesa– Processo TC-018.932/1995-9.

**f) Ofício 3ª SECEX/T.C.U. nº 018/00, de 10/07/2000.**

Apresenta o servidor daquele Tribunal, Afce Klaus Felinto de Oliveira, com o objetivo de colher informações para atendimento da Decisão T.C.U. 868/98–Plenário, referente ao Ministério das Relações Exteriores.

**g) Ofício AUDIG nº 016162/2000, de 04/09/2000.**

Informou ao Secretário de Controle da 8ª SECEX do Tribunal de Contas da União – T.C.U., quanto ao encaminhamento do formulário “Ficha de Cadastramento – *Homepage* Contas Públicas”, à Secretaria de Informática – Divisão de Produção/TCU, através do Ofício AUDIG-01644/2000, no qual indica o endereço eletrônico na Internet, para o acesso ao *site* do SERPRO, relativo aos dados e informações sobre as compras, contratos e seus aditivos, cumprindo, dessa forma, as disposições contidas no Artigo 2º Incisos XVIII e XXII, da IN/TCU, nº 028, de 05/05/1999 e Lei nº 9.755, de 16/12/1998.

**h) Ofício 8ª SECEX/T.C.U. nº 370/2000, de 04/09/2000.**

Recebeu a Comunicação/Diligência solicitando ao Diretor-Presidente em exercício, providências no sentido de encaminhar ao presidente afastado – Sérgio Otero Ribeiro, o

Ofício de Citação nº 371/2000, de 04/09/2000, da 8ª SECEX, para que este, no prazo de 15 dias, apresente alegações de defesa e/ou recolher aos cofres do SERPRO, os débitos decorrentes de recebimento de remuneração acima do limite - Processo TC-004.353/1998-6 – Processo de Prestação de Contas do SERPRO, referente ao período de junho a dezembro de 1997.

O Diretor-Presidente afastado apresentou “Alegações de Defesa” ao T.C.U., em 26/09/2000.

**i) Ofício 8ª SECEX/T.C.U. nº 538/2000, de 27/11/2000.**

Recomendando ao SERPRO, a observância ao disposto no art. 1º da Lei nº 9.452/97, bem como no parágrafo 2º do art. 116 da Lei nº 8.666/93, atentando-se, em particular, quando o destinatário dos recursos for o Distrito Federal. O Diretor-Presidente do SERPRO deu “ciente” ao citado Ofício, em 30/12/2000.

**j) Ofício nº 2468 – SGS/T.C.U, de 11/12/2000.**

Encaminha, para conhecimento e adoção de providências, cópia da Decisão número 1041/2000, adotada pelo Tribunal de Contas da União na Sessão Ordinária do Plenário de 06/12/2000, bem como os respectivos Relatório e Voto que fundamentam (TC nº 009.569/99-5).

#### **4.4.2.3 - ATENDIMENTO À SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO DO MINISTÉRIO DA FAZENDA (SFC/MF).**

**a) Instrução Normativa DTN/Nº 016, de 20/12/1991 - Capítulo 01.00.00 (Organização Básica) - subitem 6.1.2.**

Em Atendimento a norma epigrafada, o Serpro procedeu o envio à Secretaria Federal de Controle Interno do Ministério da Fazenda - SFCI/MF, dos resumos das ocorrências, recomendações e providências tomadas pelos órgãos auditados durante o período de janeiro a dezembro de 2000, comunicando àquela Secretaria sobre as respectivas quantidades de homens/dias utilizados nos trabalhos de campo e elaboração dos respectivos relatórios:

<b>Período</b>	<b>Expedientes</b>	<b>Homens/Dias Utilizados</b>
Jan. a Março/2000	Ofício AUDIG/CD-005720/2000, de 25/04/2000.	<b>165</b>
Abr. a Junho/2000	Ofício AUDIG/CD-011793/2000, de 14/07/2000.	<b>987</b>
Jul. a Setembro/2000	Ofício AUDIG/CD-018917/2000, de 03/10/2000.	<b>631</b>
Out. a Dezembro/2000	Ofício AUDIG/CD-000328/2001, de 04/01/2001.	<b>1.469</b>
<b>Total</b>		<b>3.252</b>

**b) Instrução Normativa DTN/Nº 016, de 20/12/1991 - Capítulo 5 - Operacionalidade - subitem 5.3.**

Por meio do Ofício AUDIG/CD – 019860/2000, de 11/10/2000, o Serpro procedeu a entrega ao Diretor de Auditoria de Programas da Área Econômica da Secretaria Federal de Controle Interno – SFCI/MF, do Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAAAI/2001,

devidamente aprovado pelo Conselho Fiscal na 9ª reunião, realizada em 27/09/2000, nos termos do subitem 6.2 - IN/STN nº 02, de 15/08/1996.

**c) Instrução Normativa DTN/Nº 016, de 20/12/1991 - Capítulo 04.00.00 (Controles Internos) - item 14.**

Mediante expediente AUDIG/CD – 002/2000, de 07/02/2000, a Auditoria Geral procedeu o encaminhamento do "Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna - RAAAI", correspondente ao exercício fiscal encerrado em 31/12/1999, em cumprimento aos termos da norma em referência.

**d) Ofício – Circular/SFC/DE/MF Nº 12, de 23/02/2000.**

Comunica ao Diretor-Presidente do SERPRO que as correspondências até então dirigidas à ex-Secretaria de Controle Interno no Ministério da Fazenda – Ciset/MF, deverão ser endereçadas à Diretoria de Auditoria de Programas da Área Econômica, conforme estrutura da SFC/MF constante do anexo II, do Decreto nº 3.366, de 16/02/2000, publicado no D.O.U. de 17/02/2000, Seção I.

**e) Ofício/SFC/DE Nº 005, de 23/02/2000.**

Solicita ao Diretor-Presidente do Serpro que determinasse providências no sentido de apresentar a Diretoria de Auditoria de Programas da Área Econômica, até 31/03/2000, o processo de Prestação de Contas do SERPRO, referente ao exercício de 1999.

O Diretor-Presidente utilizou-se do Ofício DP-004176/2000, de 29/03/2000, para encaminhar à SFC/MF, 02 volumes (original e cópia), da citada Prestação de Contas.

**f) Ofício/CGAIF/DAPAE/SFC/MF Nº 032, de 21/03/2000.**

Solicita ao Diretor-Presidente do SERPRO que determinasse providências no sentido de encaminhar àquela diretoria, os processos referentes a admissão e desligamento, bem como os dados do responsável (endereço, nome e cargo), pelo encaminhamento dos atos praticados de acordo com a IN/TCU nº 16/97.

Através do Ofício DIRET-005355/2000, de 18/04/2000, o SERPRO prestou as informações solicitadas.

**g) Ofício SFC/DE/DEFIN Nº 021, de 03/03/2000.**

Para cumprimento da missão de proceder auditoria sobre a Prestação de Contas do Serpro, relativa ao Exercício Social de 1999, designou equipe composta dos servidores José Dianary Queiroz, Tereza Cristina de Ávila Christian e Hilda Figueiredo Vieira Ribeiro.

O resultado dos trabalhos foi enviado ao Serpro pelo MEMORANDO/DEFAZ/DE/SFC/MF/Nº 1659, de 28/06/2000, contendo o Relatório de Avaliação nº 043963, bem como o Certificado de Auditoria, opinando pela Regularidade, com ressalvas, da gestão dos administradores, cujos esclarecimentos foram prestados pela Empresa através do Ofício AUDIG/CD – 012439/2000, de 24/07/2000.

**h) Ofício nº 720/DAPES/SFC/MF, de 18/04/2000.**

Solicita ao Diretor-Presidente do SERPRO, cópia do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho da ex-empregada Angela Maria Geller Stoll, bem como a folha de frequência do mês de março de 1995, objetivando atender à diligência formulada pela 2ª SECEX/T.C.U., mediante Ofício nº 0245/1ª DT.

Através do Ofício DIRET-006764/2000, de 10/05/2000, o SERPRO encaminhou a documentação solicitada.

**i) Memorando/DEFAZ/DE/SFCI/MF/Nº 1589, de 21/06/2000.**

Apresenta os servidores Carlos Alberto dos Santos Silva, Luis Alberto Bittar de Oliveira e Aurenice Maria Monte Rocha, para realizarem trabalho de avaliação preliminar dos principais Processos Gerenciais Finalísticos do SERPRO, no período de 20 a 30/06/2000. Desse trabalho resultou na elaboração da Minuta da Avaliação Preliminar dos Processos Finalísticos do SERPRO que foi encaminhada à Coordenação de Desempenho Corporativo – UC-DIRET que, conforme Memorando DIRET/UC – 018892/2000, de 02/10/2000, apresentou suas considerações, esclarecendo que os desvios apontados na citada minuta, foram objeto de registro e tratamento sistemático para o próximo ciclo do processo de gestão estratégica.

**j) Memorando/DEFAZ/DE/SFCI/MF/Nº 2631, de 21/09/2000.**

Apresenta o servidor Carlos Alberto dos Santos Silva para realizar trabalho de auditoria especial nos contratos firmados entre o SERPRO e as empresas IBM, PROLAN, TBA e nos contratos de nºs 30743, 30831, 30832, 30017, 31124, 311262, 31361, 31382, 31523, 31547, 31661, 31790, 31924 e 31928, solicitados pelo Conselho Fiscal do SERPRO, mediante Ofício Conselho Fiscal-002/2000, de 04/09/2000.

**k) Ofício AUDIG/CD – 026874/2000, de 22/12/2000**

Encaminha cópia do Ofício nº 2468 – SGS – TCU, de 11/12/2000, através do qual a Secretária do Plenário e de Jurisprudência do Tribunal de Contas da União encaminhou ao Diretor-Presidente do SERPRO cópia da Decisão nº 1041/2000, bem como dos respectivos Relatório e Voto que a fundamentam, relativo ao Processo nº TC-009.569/990-5 – Auditoria Sobre Contratações de Bens e Serviços de Informática, em cumprimento à Decisão TCU, Plenário nº 441/98, Portaria nº 06 – 8ª SECEX, de 09/06/1999.

#### **4.4.2.4 – ATENDIMENTO PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DF**

**a) Ofício nº 97/2000 – EC – PR/DF, de 27/11/2000**

Solicita informações acerca da aquisição de salas-cofre, acompanhadas da documentação relativa ao procedimento licitatório ou sua declaração de inexistência.

Por meio do Ofício DP – 025478/2000, de 08/12/2000, o SERPRO encaminhou a documentação solicitada.

#### **4.4.2.5 - RELATO SOBRE A FISCALIZAÇÃO E O CONTROLE EXERCIDOS SOBRE O SERPROS - FUNDO MULTIPATROCINADO.**

Durante o período de janeiro a dezembro/2000, o Serpro, na qualidade de principal entidade patrocinadora do Fundo em referência, conforme dispõe o parágrafo primeiro - artigo 2º - Deliberação nº 16/77, do Conselho Diretor, passou a contribuir com a taxa de 13,1705 % (Norma Funcional SUPGF nº 7114.00.01 - subitem 4.5) sobre a remuneração mensal dos empregados participantes do respectivo plano de benefícios, em atendimento ao parágrafo único - artigo 2º - Lei nº 8.020, de 12/04/1990, e regulamento firmado pelo Decreto nº 606, de 20/07/1992, artigo 2º, conforme aprovação da Secretaria de Previdência Complementar (SCP/MPAS) constante do Ofício nº 638/SCP/CGRA/COA, datado de 25/09/1997, que acolheu o disposto no item 5 da Informação nº 002/COGEF/SPO/SE/MF, de 20/05/1997 e Decisão SEST/MPO - 262/97, de 25/08/1997.

Os repasses financeiros da entidade patrocinadora para o Fundo epigrafado, condicionados a contribuição descrita no parágrafo anterior e realizados durante o Exercício Social de 1999, respeitaram a diretriz fixada no Inciso II - artigo 23 da Lei nº 9692, de 27/07/1998 (Lei das Diretrizes Orçamentárias para 1999), como pode-se notar no demonstrativo existente nas "Notas Explicativas" ao Balanço Patrimonial do Serpro, apurado em 31/12/1999.

Relativamente aos trabalhos de auditorias e outros exames realizados durante o período de janeiro a dezembro de 2000, foram feitas inspeções de rotina nos controles internos do SERPROS - Fundo Multipatrocinado, quer no atendimento a Lei nº 6435, de 15/07/1977, bem como decorrentes de exigências estatutárias (Conselho Fiscal), assim distribuídas:

##### **a) Auditoria Externa Independente (Lei nº 6435/1977 - artigo 47).**

Trevisan Auditores Independentes, empresa contratada para a realização dos exames das demonstrações contábeis do ano de 1999 e cálculo das Reservas Matemáticas, sendo responsável pela expedição de Certificado de Auditoria integrante do processo de prestação de contas do SERPROS, correspondente ao Balanço Patrimonial apurado em 31/12/1999.

##### **b) Procedimentos Atuariais (Lei nº 6435/1977 - artigo 43).**

Trabalhos realizados pela Assessoria atuarial interna do Fundo, a qual passou ser a responsável pelos cálculos e acompanhamento das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e, ainda, pela emissão do Parecer Atuarial sobre o Balanço Patrimonial do SERPROS levantado em 31/12/1999.

##### **c) Conselho Fiscal (artigo 21 do Estatuto vigente).**

Responsável pelos exames mensais dos demonstrativos financeiros, bem como da documentação administrativa que respaldou suas aprovações e/ou solicitações de providências necessárias ao aprimoramento dos controles internos, devidamente registradas em Atas.

**d) Auditoria da principal entidade patrocinadora (SERPRO) - Lei nº 6435/1977 - artigo 35 - Inciso II - alíneas C e D - parágrafo primeiro.**

Durante o período de janeiro a dezembro/2000, foi realizada auditoria pela mencionada patrocinadora nos controles internos do SERPROS - Fundo Multipatrocinado, no cumprimento da Lei em referência, prevista no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAAAI/2000. A análise realizada pelos auditores observou o processo por amostragem e abrangeu a verificação dos supracitados controles internos entre junho/1999 a junho/2000, não sendo registrado qualquer fato que viesse comprometer o desempenho da administração da Entidade.

#### **4.5. - SEGURIDADE SOCIAL**

O Serpros Fundo Multipatrocinado, instituído pelo SERPRO para gerir planos de concessão de pecúlios, rendas ou benefícios suplementares aos da Previdência Social, tendo criado o Plano de Benefícios Serpro II – PSII, abrigou, inicialmente, as inscrições dos empregados não filiados ao Plano Serpro – PS-I.

Em seguida, de forma a permitir aos demais empregados usufruir dos benefícios do novo plano, criou as regras de migração do PS-I para o PS-II, já aprovadas nas diversas instâncias, interna e externamente. A expectativa é de que as opções de migração do primeiro plano para o PS-II possam ocorrer no início de 2001.

Foi ainda aprovado o Regulamento Complementar do PS-I que, dentre outras medidas, normalizou as citadas regras de migração.

Para dar cumprimento à Emenda Constitucional nº 20/98, que determinou igualdade nas contribuições da Patrocinadora e dos participantes a partir de 16 de dezembro de 2000, foi elaborado e implantado novo plano de custeio do PS-I. Com essa providência, a contribuição da Patrocinadora foi reduzida em 8 %, contra um acréscimo de 19% na contribuição do participante ativo.